

RELATÓRIO E CONTAS 2016



CASCAIS



SILVER MEMBER OF
ISWA
International Solid Waste Association



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1. A EMPRESA	10
1.1. A TRATOLIXO, E.I.M., S.A.	11
1.2. Dimensão da Organização	13
1.3. Curriculum vitae dos Administradores	14
1.4. Composição dos Órgãos Sociais	15
1.5. Organização da Empresa	16
2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES	17
2.1. Ecoparque da Abrunheira	18
2.1.1. Central de Digestão Anaeróbia	19
2.1.2. Células de Confinamento Técnico	20
2.1.3. ETARI da Abrunheira	22
2.1.4. Ecocentro da Abrunheira	23
2.2. Ecoparque de Trajouce	24
2.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos	24
2.2.2. Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embala	26
2.2.3. Central de Triagem de Papel/Cartão	27
2.2.4. Ecocentro de Trajouce	28
2.3. Ecocentro da Ericeira	29
3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2016	30
3.1. Recepção de Resíduos	31
3.2. Tratamento e Valorização	36
3.3. Missão, Visão e Política Integrada	43
3.4. Planeamento Estratégico	44
3.5. Sistema Integrado de Gestão	47
3.6. Licenciamentos e Requisitos Legais	48
3.7. Monitorização de Processo e Produto	49
3.8. Comunicação e Imagem	51
3.9. Gestão de Pessoas	58
4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	63
5. PERSPECTIVAS PARA 2017	72
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	77
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	80
8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	132
9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	136

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Dias Coelho
Presidente

Concluído mais um ano de trabalho árduo para a nossa empresa, é chegado o momento de fazer uma retrospectiva e analisar a evolução da actividade que nela se desenvolveu durante 2016.

A estratégia na qual esta Administração apostou possibilitou, em primeiro lugar, alcançar metas e objectivos que após anos de estagnação irão permitir à TRATOLIXO uma maior sustentabilidade económico-financeira e uma autonomia crescente face ao exterior na prestação do serviço de gestão e tratamento de resíduos do Sistema AMTRES.

A redução no Fornecimento de Serviços Externos e na internalização e optimização dos serviços próprios foi a nossa opção, bem como uma aposta crescente na gestão da inovação.

Graças a uma enorme dedicação, os investimentos previstos no Modelo Técnico e Plano de Acção do PERSU 2020 (PAPERSU) da empresa avançaram de forma assinalável durante o ano transacto.

No âmbito desses investimentos, realce para as Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira que no final de 2016 e após inúmeras dificuldades de financiamento demonstradas pelas empresas envolvidas na respectiva empreitada, tornou-se possível fazer a recepção provisória da mesma e proceder ao seu licenciamento para poder iniciar actividade em 2017.

Como se sabe, a TRATOLIXO não dispõe de um aterro próprio desde 2003 o que dificultou em muito as opções de gestão da empresa, forçada a recorrer continuamente ao longo destes anos a destinos externos para uma adequada deposição de resíduos e rejeitados dos seus processos, comportando custos elevadíssimos quer em termos financeiros quer em termos ambientais, além das inerentes dificuldades logísticas.



Custos esses que serão drasticamente reduzidos em 2017 com as CCT do Ecoparque da Abrunheira a operar em pleno.

Excelentes notícias também no que concerne à nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem (RE) de Trajouce, cuja candidatura ao POSEUR obteve, em Junho de 2016, aprovação de financiamento por parte da Autoridade de Gestão deste Programa Operacional.

Mais uma vez dependente do exterior para o processamento desta tipologia de resíduos, neste caso desde 2008, a construção desta infraestrutura permitirá que o Sistema tenha capacidade de recepção e triagem integral dos RE de papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL com origem na recolha selectiva.

Corrigiu-se assim um erro do passado, em que se abandonou esta estratégia de recursos a serviços externos, algo que corrigimos com vantagens múltiplas.

Por outro lado, a nova CT contribuirá para o cumprimento das metas que o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) impôs para o Sistema gerido pela TRATOLIXO.

A nova CT será co-financiada à taxa máxima de 85% prevista para as operações aprovadas pelo Fundo de Coesão, o que significa um apoio até 8.925.000 € – o valor mais elevado atribuído até ao momento no âmbito deste aviso de candidatura do POSEUR relativo à categoria de intervenção dos Resíduos.

Investimento igualmente importante para a empresa é a nova unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce, que pretende trazer uma maior eficiência e modernidade ao tratamento dos resíduos diferenciados recebidos neste Ecoparque.

A Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) – que é a actual unidade de TM de Trajouce – é dotada dum funcionamento sobretudo manual, tem quase 30 anos de funcionamento operacional contínuo e encontra-se sub-dimensionada para as necessidades do Sistema. Este panorama provocou um enorme desgaste nos equipamentos – a carecerem de urgente renovação – e edifícios da unidade, causando fortes limitações à sua eficiência processual.

A construção do novo TM servirá para requalificar e aumentar a actual capacidade de TM instalada no Ecoparque de Trajouce, garantindo uma vez mais a independência da empresa face ao exterior para esta actividade, possibilitando o incremento da recuperação de materiais recicláveis – e assim, cumprir as metas do PERSU 2020 – e obter uma fracção orgânica de qualidade para valorização biológica na Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira.



**2016
FOI UM ANO DE
AVANÇOS
ASSINALÁVEIS
NOS PROJECTOS
DA TRATOLIXO**

Nesta opção esperamos que haja uma melhor definição estratégica da Tutela, nomeadamente na abertura de linhas do POSEUR, para financiamento destas operações, atendendo às metas e objectivos nacionais de preparação para reutilização e reciclagem e ao interesse em recuperar materiais recicláveis a introduzir numa cadeia de valor, indo ao encontro dos pressupostos da economia circular e não fomentado simples processos de eliminação de resíduos, como o caso do aterro da incineração. Tal opção será não só de interesse económico para o país, mas também de grande valor ambiental, pelo que o acréscimo nos valores de contrapartida e no cuidado na definição das especificações técnicas dos materiais deverão ter tradução prática urgente na salvaguarda da estratégia nacional de resíduos onde se enquadra o PERSU 2020 e respectivos PAPERSU.

Em termos de actividade produtiva da empresa, houve em 2016 um notável desenvolvimento na mesma, comprovada pela maior recepção e tratamento de resíduos nas diversas instalações, por uma produção de energia na CDA acima do planeado pelo tecnólogo na fase de projecto desta unidade e, igualmente na CDA, pelo aumento na produção de composto.

Estes resultados apenas ficam ensombrados pela ausência de licença das diversas entidades gestoras de fluxos de resíduos, entre os quais os RE – cujos despachos só saíram no final do ano – e que condicionaram operacionalmente a empresa na retoma de materiais recicláveis, com consequências nos proveitos internos e, logicamente, das metas intercalares do PERSU 2020.

Em consequência do bom planeamento, também ao nível das contas da empresa continuou a verificar-se o equilíbrio da sua estrutura financeira.

No final de 2016, as responsabilidades assumidas pela TRATOLIXO encontravam-se cumpridas, tendo-se conseguido desde Fevereiro de 2014 até Dezembro de 2016 reduzir a dívida a fornecedores em cerca de 21 M€.

O «Fundo de Maneio» que em 2013 era negativo em cerca de -55M€ apresenta em 2016 um saldo positivo de quase 9M€. Os pagamentos encontram-se em dia bem como a atitude dos nossos clientes Municípios, que procederam exemplarmente no cumprimento das suas responsabilidades com pagamentos abaixo dos 30 dias.

Para reforçar esta ambição e estando cientes de que a evolução técnica e tecnológica é uma constante, apostámos em 2016 na área da inovação, com o envolvimento em diversos projectos – alguns deles, alvo de apoio por parte de instrumentos de financiamento – individuais ou em parceria com entidades várias. Estamos igualmente a apostar em protocolos com entidades científicas e académicas, caso da Universidade Nova, o Instituto Politécnico de Setúbal e o Instituto Superior Técnico, entre outros, bem como associando a parcerias de investigação, onde destaco a GALP Energia e o LNEG.

Esta é uma área onde iremos continuar a participar activamente de modo a assegurar uma maior e melhor valorização dos recursos endógenos da empresa, ao nível dos resíduos mas também da energia, numa óptica de economia circular coerente com a nossa política de prestação de serviço público de elevada qualidade.

Os resultados que vão ser abordados ao longo deste relatório demonstram não só a adequação da estratégia definida por esta Administração, mas também a capacidade e disponibilidade de todos os trabalhadores da empresa em responder aos desafios que lhes foram colocados, participando entusiasticamente na construção do futuro da TRATOLIXO.

Com vista à construção desse futuro, terminámos o ano com um reajustamento organizacional por forma a tornar a estrutura e a própria empresa mais eficiente e eficaz, mais preparada para enfrentar os desafios do futuro que surgirão no sector dos resíduos, mas acima de tudo, para reforçar uma estrutura que possa fazer face à expansão de infra-estruturas que irão iniciar actividade e numa clara aposta na modernização e inovação da empresa, promovendo igualmente a valorização do capital humano existente.

Uma palavra especial de apreço ao nosso accionista AMTRES e aos nossos Municípios, no grande empenho e trabalho de conjunto realizado com os senhores Presidentes de Câmara, em articulação com a Administração, aspecto indispensável ao bom funcionamento presente e futuro da empresa e deste SGRU.

Estamos desta forma a conseguir vencer um complexo desafio que perdurava há anos, desenvolvendo não só a dignidade que a empresa merece, bem como aquilo que forçosamente tinha de constituir a nossa prioridade número um: o reequilíbrio financeiro, mas igualmente promovendo a sua entrada forte no sector, o qual é muito competitivo e está em permanente transformação, sendo o sector dos resíduos em Portugal cada vez mais regulado, mas onde esperamos uma boa articulação, com o até hoje, com a ERSAR.

Uma palavra final de grande apreço aos nossos colaboradores, e ao forte espírito de equipa que temos vindo a desenvolver, pois avançamos para um projecto ambicioso, com convicção e tenho plena confiança de que iremos superar os desafios que se aproximam e manter a TRATOLIXO no seu caminho de sucesso

Só desta forma poderemos desenvolver uma TRATOLIXO respeitável, sólida, eficiente e sustentável.

O Presidente do Conselho de Administração



João Carlos Dias Coelho





CASCAIS MAFRA

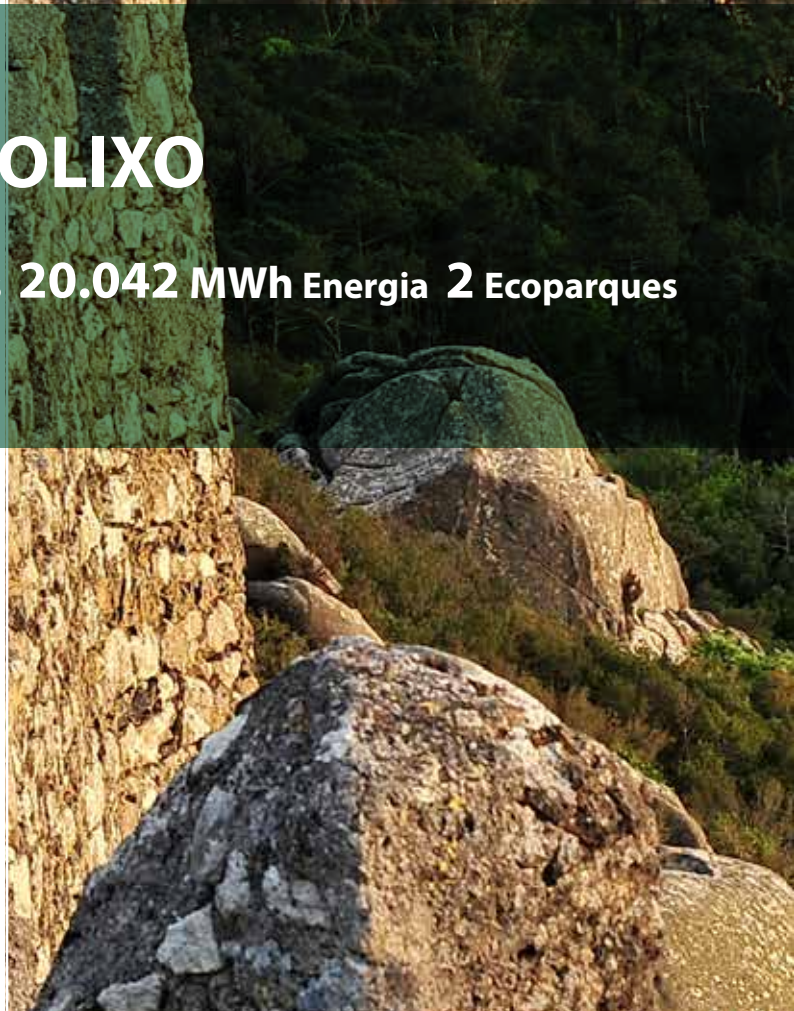
OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 848.182 Habitantes 411.697t RU/Ano



TRATOLIXO

263 Colaboradores **42.023t** Produtos **20.042 MWh** Energia **2** Ecoparques





1. A EMPRESA

1. A EMPRESA

1.1. A TRATOLIXO EIM, SA

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

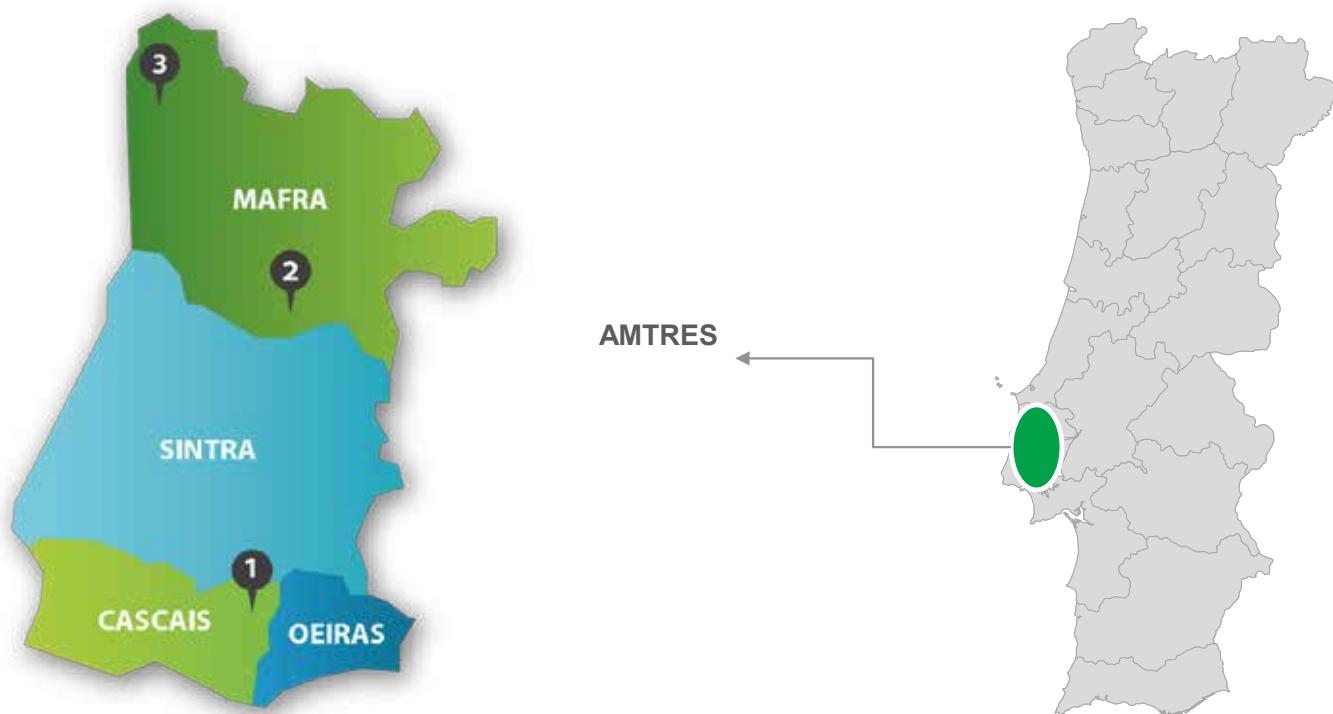
A origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO foi constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

Em 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o Sistema alcançado a configuração que mantém até hoje.



A TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de mais de 840.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

Concelho	População *(hab.)	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU 2016***(t)
Cascais	210.361	1,736	133.676
Mafra	81.961	1,332	39.955
Oeiras	173.339	1,196	75.870
Sintra	382.521	1,159	162.197
Sistema AMTRES	848.182	1,326	411.697

*Estimativa Intercensitária do INE referente ao ano de 2015

**Dados de produção relativos a 2016

***Corresponde à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com cerca de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



Localização das infra-estuturas da TRATOLIXO

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela OHSAS 18001 / NP 4397:2008 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know how no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento quer a nível nacional quer a nível internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

A TRATOLIXO é *Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA)*, é associada da APEMETA – Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais – e da *Smart Waste Portugal*.

1.2. Dimensão da Organização



Dimensão da Organização

1.3. Curriculum vitae dos Administradores



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nasceu em 1963. Desde Fevereiro de 2014 é Presidente do Conselho de Administração da TRATOLIXO. Desempenhou funções como Vogal do Conselho de Administração da TRATOLIXO.

Foi Administrador Executivo da SANEST - Área Exploração e RH, foi Administrador dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Cascais, Vogal da Direcção da Agência Municipal de Energia - "Agência Cascais Energia".

Licenciado em Direito na UML. Pós-graduado em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente pela FDL da Universidade de Lisboa e pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade Lusíada de Lisboa. Frequentou os Estudos Avançados em Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável, pela FCT UNL e Gestão Avançada em Recursos Humanos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa. Frequentou o curso de Especialização em Finanças Empresariais na FDL.



Ana Isabel Neves Duarte

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nasceu em 1976. É Vogal do Conselho de Administração da TRATOLIXO desde Fevereiro de 2014.

Foi Vogal do Conselho de Administração do SMAS de Sintra e Vereadora da Câmara Municipal de Sintra.

É licenciada em Gestão de Empresas no ISLA e pós graduada em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Turismo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e em Direito da Contratação Pública – Direito Internacional e Europeu, Direito Nacional e Concorrência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



António Ricardo Henriques da Costa Barros

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nasceu em 1971. É Vereador da Câmara Municipal de Oeiras e Vogal do Conselho de Administração da TRATOLIXO desde Fevereiro de 2014.

Foi Membro do Conselho Directivo da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, (em representação do Município de Oeiras), Administrador em representação do Município de Oeiras nos SIMAS de Oeiras e Amadora – Serviços Intermunicipais de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora. É licenciado em Engenharia de Sistemas Decisionais na COCITE-Cooperativa de Ensino Superior.

1.4. Composição dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 foi criada uma Direcção-Geral e o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos e 1 Membro Não Executivo.

A composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO é a que se apresenta de seguida.

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Secretário: José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Presidente: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Vogal: Ana Isabel Neves Duarte

Vogal: António Ricardo Henrique da Costa Barros

Fiscal Único Efectivo

KRESTON & Associados – SROC, Lda., representada por Hélder Palma Veiga, ROC.

Fiscal Único Suplente

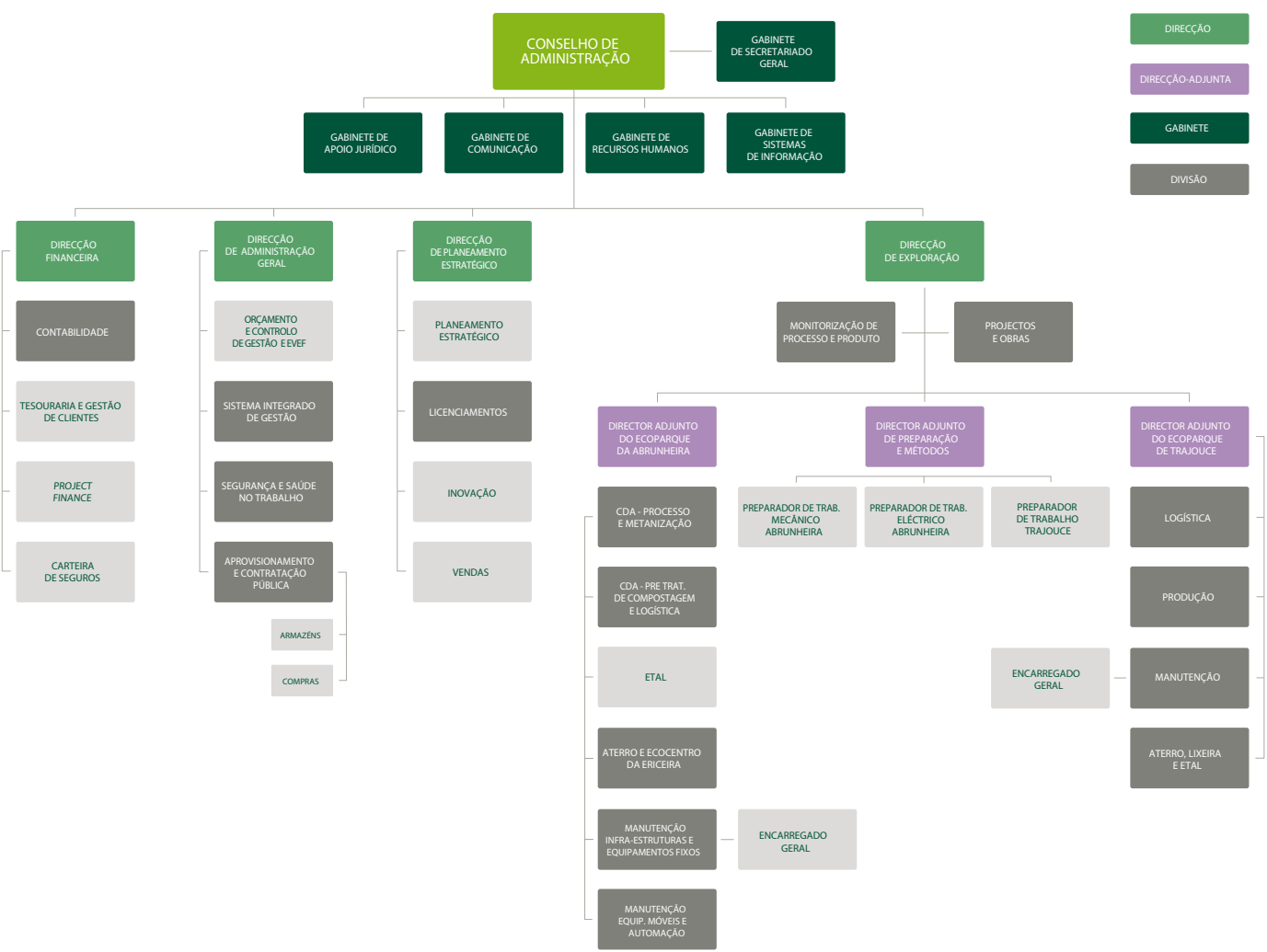
João José Lopes da Silva, ROC



OS RESULTADOS
DEMONSTRAM A ESTRATÉGIA
DEFINIDA PELA
ADMINISTRAÇÃO
RESPONDENDO AOS DESAFIOS
COMPLEXOS

1.5 Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte actualizado em Dezembro de 2016:





2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES

2. Infra-estruturas existentes

De modo a realizar adequadamente e sob os princípios da sustentabilidade a gestão dos resíduos produzidos na sua área de intervenção, a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade em várias instalações de recepção e tratamento de resíduos que se distribuem por dois Ecoparques e um Ecocentro.

2.1. Ecoparque da Abrunheira

O Ecoparque da Abrunheira está localizado no município de Mafra, freguesia de S. Miguel de Alcainça.

Este Ecoparque é constituído por uma Central de Digestão Anaeróbia (CDA), um Ecocentro, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) e Células de Confinamento Técnico (CCT), tendo à sua disposição a mais recente tecnologia existente no domínio do tratamento de resíduos urbanos.

A CDA e a ETARI foram co-financiadas pelo Fundo de Coesão.



2.1.1. Central de Digestão Anaeróbia

A CDA da Abrunheira é uma unidade de tratamento de resíduos urbanos que recorre ao processo de digestão anaeróbia.

Neste processo, parte da matéria biodegradável é transformada em biogás – gás essencialmente constituído por metano, que é um gás combustível – e numa lama digerida.

O gás é aproveitado e transformado em energia eléctrica, sendo posteriormente injectada na Rede Eléctrica Nacional (REN). A lama digerida é estabilizada por compostagem, dando origem a composto que pode ser utilizado em culturas agrícolas arbóreas e arbustivas.

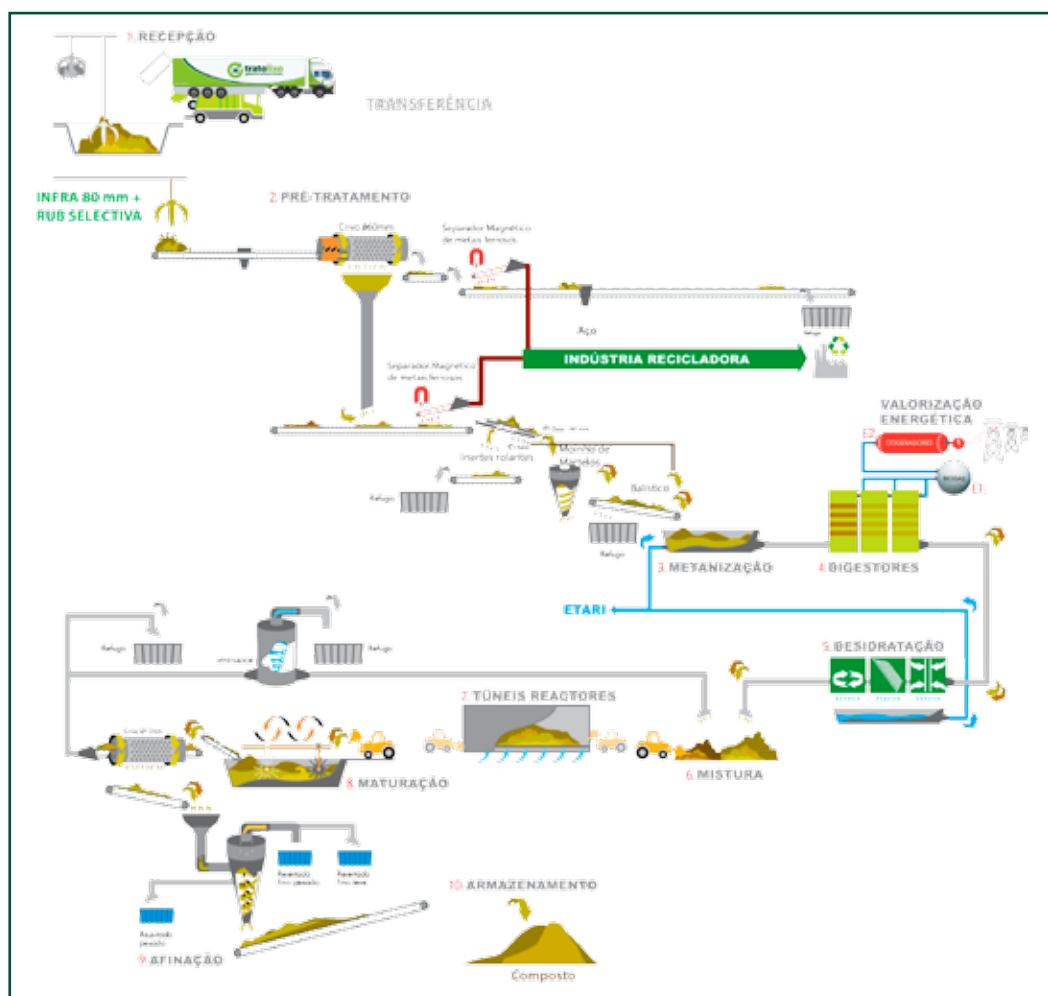
Foi construída com financiamento do Fundo de Coesão e a sua recepção provisória foi assinada em Novembro de 2012.

Esta unidade tem uma capacidade de tratamento biológico por digestão anaeróbia de 75.000 t/ano sendo, à data, a maior do género no país.



**A CDA TEM UMA
CAPACIDADE DE
TRATAMENTO
BIOLÓGICO
POR DIGESTÃO
ANAERÓBIA
DE 75.000 T/ANO
SENDO, À DATA, A MAIOR DO
GÉNERO NO PAÍS**

O seu funcionamento resume-se esquematicamente na figura seguinte.



2.1.2. Células de Confinamento Técnico (CCT)

Actualmente a TRATOLIXO encontra-se dependente do exterior para proporcionar um destino final adequado aos refulos dos seus processos de tratamento, situação que será colmatada com o pleno funcionamento das novas células de confinamento técnico (CCT) na Abrunheira.

As CCT serão constituídas por três células de confinamento técnico de apoio ao Sistema, que ocuparão uma área total de cerca de 11 ha.

Esta infra-estrutura permitirá, assim, garantir a sustentabilidade do Sistema AMTRES, com a redução dos custos associados ao tratamento, transporte e deposição final dos resíduos produzidos na área de intervenção da empresa.

O prosseguimento da referida empreitada sofreu várias adversidades desde o seu início em 2009, o que fez protelar consecutivamente a data de conclusão da mesma.

A TRATOLIXO tomou posse administrativa da obra e procedeu, em 2014, ao lançamento do procedimento concursal relativo à conclusão desta empreitada.

A 21 de Dezembro de 2016 foi efectuada a recepção provisória condicionada à resolução de todos os pontos pendentes constantes da listagem que faz parte do auto de recepção do aterro sanitário do Ecoparque da Abrunheira.



12.307 T
COMPOSTO

20,0 GWH
ENERGIA ELÉCTRICA

1.441 t
**RESÍDUOS RECEBIDOS
NO ECOCENTRO DA ERICEIRA**

9.701 t
**UTILIZADORES DO ECOCENTRO
DA ERICEIRA**

20.668 t
**RESÍDUOS DE EMBALAGEM
ENVIADOS PARA RECICLAGEM**

309.513 t
**RESÍDUOS ENVIADAS
PARA DESTINO FINAL**

2.1.3. Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI)

A ETARI da Abrunheira é uma infra-estrutura co-financiada pelo Fundo de Coesão que permite a depuração das águas residuais provenientes das várias infra-estruturas e instalações de apoio existentes neste Ecoparque.

Esta infra-estrutura foi projectada para o tratamento de águas residuais com elevada carga poluente, o que exige um sistema de tratamento complexo e inovador, com recorrência a tecnologias de última geração que permitem o tratamento eficaz dos efluentes de modo a garantir níveis de qualidade que possibilitem a sua reutilização integral no circuito industrial.

O processo de tratamento da ETARI está organizado em 3 fases de tratamento distintas.

A fase de Tratamento Primário é composta por um processo de remoção de sólidos grosseiros, através dos processos de Gradagem Manual de Sólidos, Tamisação – separação mecânica de sólidos – e Homogeneização e Equalização – estabilização de caudais afluentes à ETARI.

A fase de Tratamento Secundário é constituída pelo tratamento biológico e pela ultrafiltração (MBR) que permite a diminuição da carga de nutrientes e estabilização das substâncias biodegradáveis presentes no efluente a uma dimensão inferior a 0,1 micron, equivalente ao tamanho de bactérias e vírus, garantindo um efluente isento de microrganismos patogénicos.

Esta fase é composta por uma etapa anóxica – Desnitrificação – uma etapa aeróbia – Nitrificação – e uma etapa de separação de fases – MBR (Membrana de micro filtração).

Por último, a fase de Tratamento Terciário, onde é efectuada a afinação, através de um processo de microfiltração (osmose inversa) do efluente de modo a que o mesmo possa ser reutilizado internamente no processo produtivo e em lavagens, retirando-lhe todos os sais minerais e metais que a mesma ainda possa conter, transformando-a assim numa água desmineralizada.

Durante as várias fases de tratamento, a carga poluente do efluente vai diminuindo significativamente, com percentagens de remoção de carga orgânica/inerte.



2.1.4. Ecocentro da Abrunheira

Este Ecocentro ocupa uma área de 3.800 m² e foi construído no Ecoparque da Abrunheira.

Estima-se que ao entrar em funcionamento venha a receber anualmente cerca de 15.400 t de resíduos valorizáveis de várias tipologias, tornando-se o segundo Ecocentro da empresa a funcionar com recepção ao público.

A admissibilidade de resíduos neste ecocentro estará sujeita a quantidades limite definidas em regulamento específico, podendo ser recepcionadas tipologias tão diversas tais como baterias de automóvel, REEE's, lâmpadas fluorescentes, madeiras e paletes, metais (sucatas), mobílias e outros monstros, óleos alimentares e minerais, roupas usadas, papel e cartão, pilhas e acumuladores, plásticos, embalagens metálicas e ECAL, pneus, "esferovite" (EPS), Resíduos de Construção e Demolição (RCD's), resíduos de jardins e parques, solventes, tintas e vidro de embalagem.



2.2. Ecoparque de Trajouce

Geograficamente, o Ecoparque de Trajouce está localizado no Município de Cascais, freguesia de S. Domingos de Rana.

Com uma área de 42,6 ha, é constituído pela Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS), por uma Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem, uma Central de Triagem de Papel/Cartão, pelo Ecocentro, pela Central de Valorização Energética do Biogás do Aterro Sanitário de Trajouce (CVEBAT) e pela Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).



2.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos

A CITRS é uma unidade de tratamento mecânico (TM) com uma capacidade nominal de recepção de 150.000 t/ano de resíduos indiferenciados e uma capacidade de tratamento de 500 t/dia.

Em funcionamento desde 1991, apresentava ainda uma capacidade de tratamento biológico de 60.000 t/ano com recurso a dois parques de compostagem, correspondentes ao Tratamento Biológico (TB). No entanto, este processo foi desactivado em Dezembro de 2012.

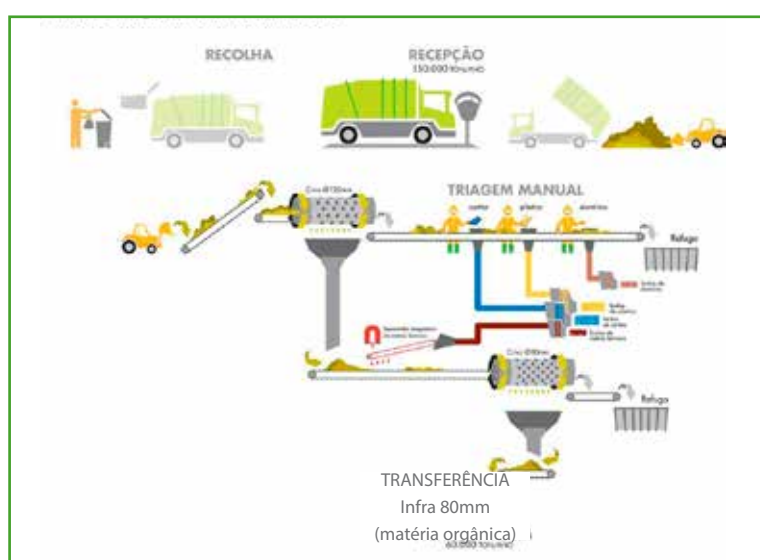
Os resíduos indiferenciados recepcionados nesta unidade são, assim, encaminhados para Tratamento Mecânico (TM) onde são sujeitos a um pré-tratamento em crivos rotativos de malha de 120 mm, a uma triagem manual da fracção superior a 120 mm – onde se recupera papel/cartão, vários tipos de plástico e alumínio – a uma separação magnética da fracção inferior a 120 mm (onde se processa a recuperação do aço) e a uma separação mecânica do restante material num segundo conjunto de crivos de malha de 80 mm.



Os resíduos com granulometria inferior a 80 mm – a fracção orgânica dos resíduos indiferenciados – são transferidos para tratamento biológico na CDA da Abrunheira.

Os resíduos que não são recuperados na triagem manual bem como a fracção não passante da crivagem a 80 mm, constitui o refugo do pré-tratamento e é encaminhado para destino final.

Pode resumir-se o funcionamento operacional desta unidade conforme consta da figura seguinte.



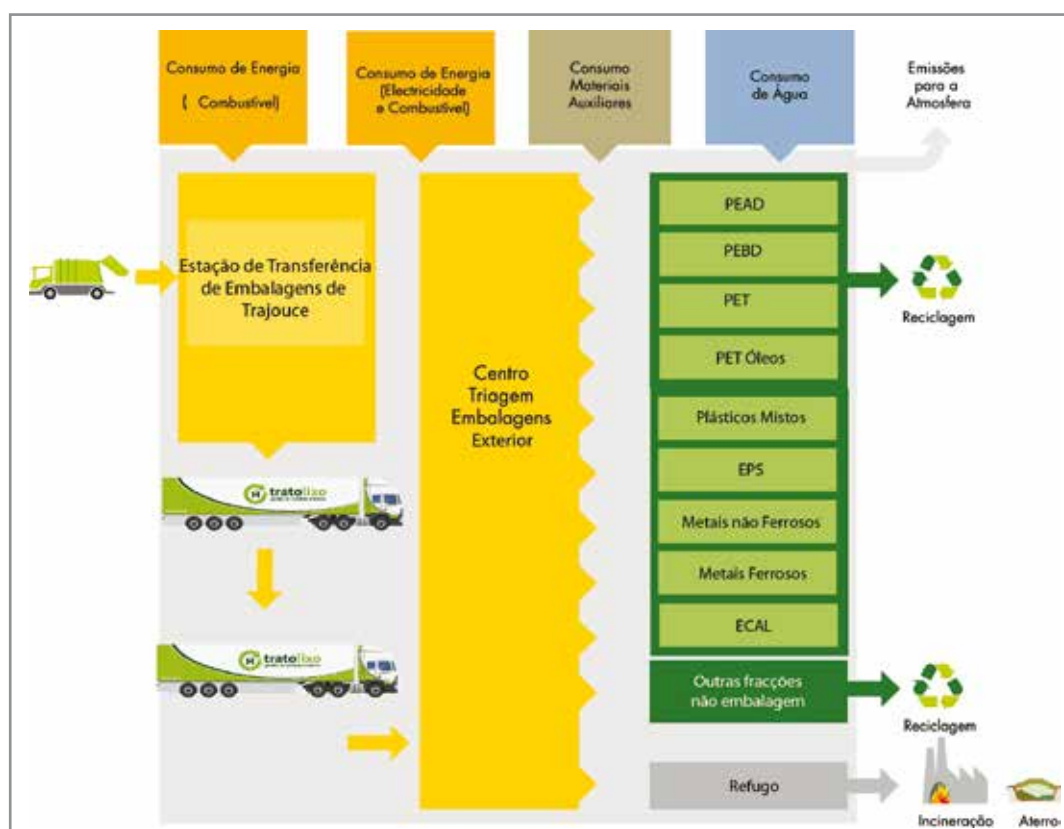
2.2.2. Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem

Esta Estação de Transferência é composta por várias valências: recepção de resíduos indiferenciados e resíduos de embalagem (RE).

Relativamente aos RE, uma vez que a capacidade de processamento da antiga Estação de Triagem do Ecoparque de Trajouce se encontrava muito aquém das necessidades do Sistema, o processamento das embalagens da recolha selectiva provenientes do ecoponto amarelo – embalagens de plástico, metal e ECAL – passou a ser efectuado externamente.

No entanto, para dar cumprimento aos objectivos previstos no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES e de modo a garantir a independência da TRATOLIXO face ao exterior para o processamento desta tipologia de resíduos, será construída uma nova Central de Triagem (CT) de RE no Ecoparque de Trajouce, co-financiada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

Actualmente e até a entrada em funcionamento da nova CT, estas embalagens de recolha selectiva são recebidas, armazenadas, prensadas e posteriormente transportadas até aos Centros de Triagem externos – entidades contratualizadas desde Julho de 2008 para o seu processamento – conforme esquema abaixo.



Esquema de funcionamento da triagem de embalagens de plástico, metal e ECAL.

Por sua vez, o vidro proveniente da recolha selectiva é descarregado no cais de vidro, que funciona como ponto de armazenamento temporário e carga, com vista ao encaminhamento deste material para a indústria recicladora.



Esquema de funcionamento do cais de descarga do vidro

Quanto aos resíduos indiferenciados, parte dos mesmos são descarregados na Estação de Transferência e enviados directamente para destinos externos ao Sistema.

2.2.3. Central de Triagem de Papel / Cartão

Esta infra-estrutura, que será requalificada e modernizada no âmbito da construção da nova CT de Trajouce, possui actualmente uma linha de triagem onde é efectuada uma triagem negativa manual do papel/cartão proveniente de recolha selectiva.

Neste processo são retirados manualmente os resíduos contaminantes existentes no material recebido e do material sobran te fazem-se fardos mistos de papel/cartão, que são posteriormente encaminhados para reciclagem.



Esquema de funcionamento da triagem de papel /cartão



2.2.4. Ecocentro de Trajouce

O Ecocentro de Trajouce recebe, armazena e acondiciona temporariamente diversos tipos de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

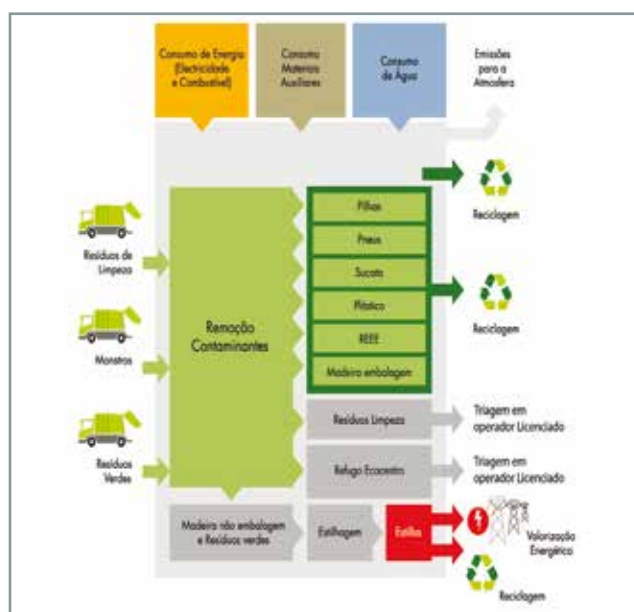
Os monstros são recebidos e sujeitos a triagem. Os resíduos com potencial de reciclagem e recuperação são segregados e valorizados de acordo com o fluxo ou fileira a que pertencem.

Quanto aos resíduos verdes, procede-se à trituração dos resíduos lenhosos através de uma máquina destroçadora. O produto final, a estilha, é encaminhada para compostagem na CDA e para valorização energética e os materiais rejeitados são encaminhados para valorização numa entidade externa.

Dos resíduos de limpeza são recuperadas algumas ramagens com potencial de valorização enquanto biomassa. A fracção restante é enviada para valorização numa entidade externa.

Para além da recepção dos resíduos já enunciados, o Ecocentro de Trajouce é um ponto acreditado de entrega de pneus usados e um centro de recepção de REEE's, recebendo ainda madeiras de embalagem e não embalagem, metais ferrosos, plásticos rígidos, baterias de automóveis, lâmpadas fluorescentes e pilhas e acumuladores.

Apresenta-se no esquema seguinte o funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce.



Esquema de funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce

2.3. Ecocentro da Ericeira

O Ecocentro da Ericeira está localizado na freguesia da Ericeira, concelho de Mafra e tem uma área de implantação de 0,3 ha.

Esta é a primeira infra-estrutura de recepção de resíduos da TRATOLIXO que está aberta ao público em geral, encontrando-se em funcionamento desde Julho de 2007.

Nesta infra-estrutura é permitido que os munícipes realizem a deposição selectiva de diversas tipologias de resíduos valorizáveis que, pelas suas características ou dimensões, não podem ser depositados nos ecopontos.

São admissíveis neste ecocentro baterias de automóvel; REEE's; lâmpadas fluorescentes; madeiras e paletes; sucatas; mobílias e outros monstros; óleos alimentares e minerais; roupas usadas; papel e cartão; pilhas e acumuladores; plásticos; embalagens metálicas e ECAL; pneus; "esferovite" (EPS); RCD's; resíduos de jardins e parques; solventes e tintas; vidro embalagem; vidro de construção e vidro automóvel.



VISTORIA

ADITAMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

RENOVAÇÃO DE ALVARÁ DE OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS



415.916 t TOTAL DE RESÍDUOS
300.162 t RESÍDUOS INDIFERENCIADOS
12.614 t PAPEL/CARTÃO
7.965 t EMBALAGENS
10.356 t VIDRO
3.034 t RESÍDUOS ALIMENTARES
44.39 t RESÍDUOS VERDES
26.744 t RESÍDUOS DE LIMPEZA
10.651 t MONSTROS

3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2016

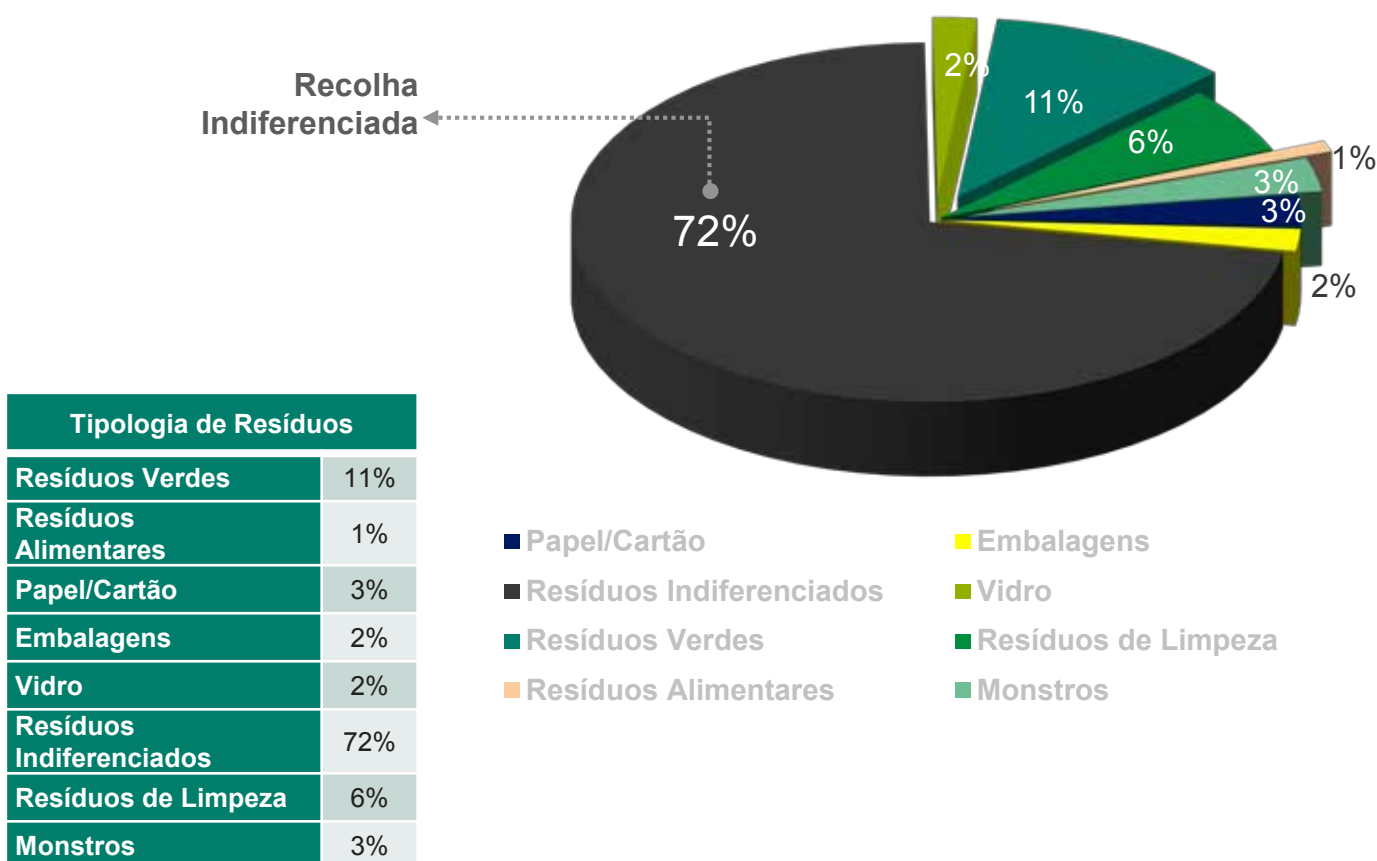
3 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2016

3.1. Recepção de Resíduos

Os Resíduos Urbanos (RU) são constituídos por várias tipologias de resíduos, tendo os resíduos indiferenciados representado globalmente 72% da recolha de RU do Sistema AMTRES no ano de 2016, seguindo-se os resíduos verdes com 11%.

A recolha selectiva multimaterial – a qual inclui o vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL – em 2016 representou apenas 7% do total das recolhas efectuadas no Sistema.

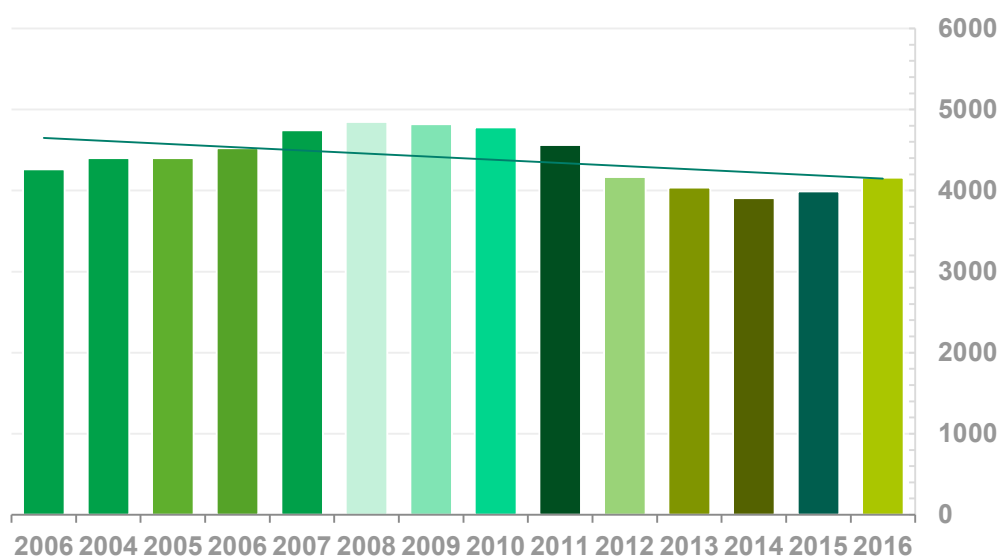
Distribuição dos RU por Tipologia dos Resíduos Recolhidos



A TRATOLIXO recebeu em 2016 um total de 415.916 t de resíduos urbanos (RU) provenientes dos seus municípios e de particulares. Este quantitativo corresponde a um aumento de +4,3% face ao ano de 2015, o que constitui um incremento de +17.034 t.

Resíduos recebidos no SISTEMA (t)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
TOTAL DE RESÍDUOS URBANOS (t) TOTAL	482.053	477.826	456.139	416.529	403.830	390.478	398.882	415.916	4,3%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMC	143.079	147.907	146.606	135.697	134.119	120.045	128.625	133.676	3,9%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMM	41.916	42.237	40.325	37.840	36.044	37.580	37.757	39.955	5,8%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMO	88.536	82.888	80.169	72.781	70.199	71.192	72.935	75.870	4,0%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMS	203.786	200.077	185.369	167.971	162.019	157.629	156.726	162.197	3,5%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) PARTICULARES	4.735	4.718	3.671	2.240	1.448	4.032	2.839	4.218	48,6%

Esta variação positiva demonstra uma clara recuperação da produção de resíduos, certamente relacionada com uma possível melhoria da situação económica do País – que atravessou uma crise iniciada em 2008, influenciando os padrões de consumo e, consequentemente, a produção de resíduos, tal como se pode observar no gráfico seguinte.



Todas as tipologias de resíduos registaram um desenvolvimento positivo no ano de 2016.

Começando por analisar a recolha selectiva de biorresíduos, verificou-se um crescimento de +4,6% (+2.064 t) nesta categoria, crescimento que teve como contributos quer o resultado atingido pelos resíduos verdes (+1,4% e +612 t) quer o resultado alcançado pelos resíduos alimentares (+91,8% e +1.452 t).

RECOLHAS SELECTIVAS BIORRESÍDUOS (t)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
RESÍDUOS ALIMENTARES (t)	1.668	1.822	1.938	1.786	2.168	1.242	1.582	3.034	91,8%
Cascais	1.307	1.473	1.595	1.552	1.474	0	41	29	-28,8%
Mafra	361	346	343	222	250	458	453	493	9,0%
Oeiras	0	0	0	12	445	705	752	765	1,8%
Sintra	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Particulares	0	0	0	0	0	78	337	1.746	418,4%
VERDES (t)	20.785	22.780	23.410	24.837	37.283	33.665	43.778	44.391	1,4%
Cascais	10.728	14.986	17.874	19.564	22.547	16.007	23.276	24.254	4,2%
Mafra	2.124	1.973	2.163	1.832	1.428	2.016	2.237	2.245	0,4%
Oeiras	368	466	551	1.951	3.105	3.351	3.964	3.758	-5,2%
Sintra	7.454	5.280	2.750	1.261	9.910	12.042	13.975	13.951	-0,2%
Particulares	111	75	71	230	293	249	326	183	-44,0%
TOTAL BIORRESÍDUOS (t)	22.453	24.602	25.348	26.623	39.451	34.907	45.361	47.425	4,6%
Cascais	12.035	16.459	19.469	21.116	24.020	16.007	23.317	24.283	4,1%
Mafra	2.485	2.319	2.506	2.054	1.678	2.474	2.690	2.739	1,8%
Oeiras	368	466	551	1.963	3.550	4.057	4.716	4.524	-4,1%
Sintra	7.454	5.282	2.750	1.261	9.910	12.042	13.975	13.951	-0,2%
Particulares	111	75	71	230	293	327	663	1.929	190,9%

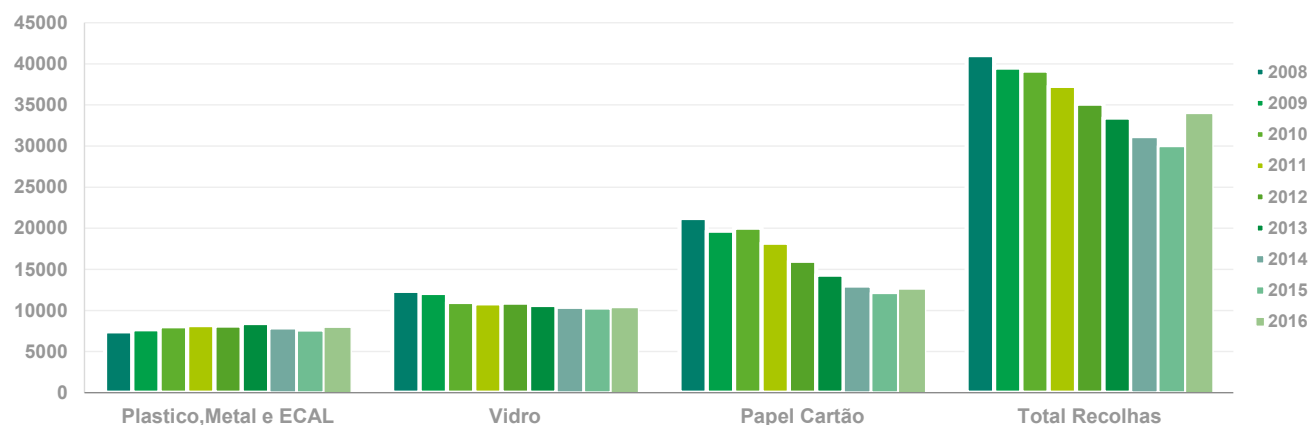
No respeitante aos resíduos alimentares, é relevante a evolução verificada em 2016 no que concerne às entregas destes resíduos com origem em entidades particulares (+418,4% e +1.409 t) na CDA da Abrunheira, fruto da renovação de protocolos já existentes e estabelecimento de um novo protocolo com outra entidade, evidenciando-se mais uma vez a imagem de confiança, competência e eficiência que o trabalho da TRATOLIXO tem perante os seus clientes.

Quanto à categoria das recolhas selectivas multimaterial (RSM) de vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL, estas registaram igualmente um crescimento de +3,0% (+904 t) no ano de 2016 face ao ano anterior, totalizando 30.934 t.

RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
EMBALAGENS PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	7.695	8.074	8.223	8.167	8.467	7.848	7.595	7.965	4,9%
Cascais	2.223	2.217	2.311	2.397	2.442	2.177	2.182	2.281	4,5%
Mafra	737	704	686	680	673	681	657	682	3,8%
Oeiras	1.920	1.957	1.918	1.812	1.937	1.835	1.826	1.894	3,7%
Sintra	2.770	3.191	3.301	3.241	3.322	3.071	2.871	3.086	7,5%
Particulares	46	5	7	37	93	83	59	22	-63,1%
VIDRO (t)	12.134	11.040	10.854	10.937	10.663	10.352	10.269	10.356	0,8%
Cascais	3.274	3.214	3.226	3.199	3.143	3.016	3.127	3.180	1,7%
Mafra	1.414	1.224	1.269	1.205	1.139	1.078	1.094	1.096	0,1%
Oeiras	2.724	2.713	2.582	2.411	2.319	2.219	2.181	2.255	3,4%
Sintra	4.612	3.889	3.776	4.123	4.059	4.039	3.864	3.826	-1,0%
Particulares	110	1	0	0	2	1	3	0	-100,0%
PAPEL e CARTÃO (t)	19.701	20.070	18.235	16.051	14.339	12.930	12.166	12.614	3,7%
Cascais	5.273	5.193	5.057	4.717	4.425	4.099	4.016	4.167	3,8%
Mafra	1.617	1.615	1.457	1.181	1.102	1.120	1.099	1.200	9,2%
Oeiras	5.937	5.692	4.947	4.309	3.886	3.600	3.403	3.299	-3,1%
Sintra	6.693	7.487	6.748	5.842	4.921	4.093	3.642	3.946	8,3%
Particulares	181	83	27	2	4	18	6	2	-68,1%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	39.530	39.184	37.311	35.155	33.469	31.130	30.030	30.934	3,0%
Cascais	10.770	10.624	10.594	10.313	10.011	9.292	9.325	9.627	3,2%
Mafra	3.768	3.542	3.412	3.066	2.915	2.879	2.850	2.978	4,5%
Oeiras	10.580	10.362	9.447	8.531	8.142	7.655	7.410	7.447	0,5%
Sintra	14.074	14.567	13.825	13.206	12.302	11.203	10.378	10.858	4,6%
Particulares	337	89	34	40	99	102	68	24	-65,3%

Verifica-se também que todas as tipologias de resíduos da categoria das RSM registaram um acréscimo, o que é inédito desde 2008 para a maioria dos materiais, como se pode também se pode observar no gráfico seguinte.

Recolhas Selectivas Multimaterial



Tendo o ano de 2008 sido o momento de início da instabilidade económica nacional já mencionada, fazendo um ponto da situação da recolha selectiva multimaterial verifica-se que em 2016 o Sistema AMTRES registou um resultado negativo de -24,7% nesta tipologia de recolha face a 2008, o que se justifica com a alteração dos padrões de consumo decorrente da crise económica, que originou igualmente situações de desvio de resíduos com valor de mercado dos canais formais de gestão.

Analizando agora a recolha de resíduos indiferenciados – que atingiu em 2016 um total de 300.162 t – verificou-se igualmente um aumento substancial de +2,7% (+8.026 t) nesta tipologia de resíduos, o que constitui igualmente um indício que aponta para o crescimento do consumo familiar e, conseqüentemente, da melhoria da situação económica nacional.

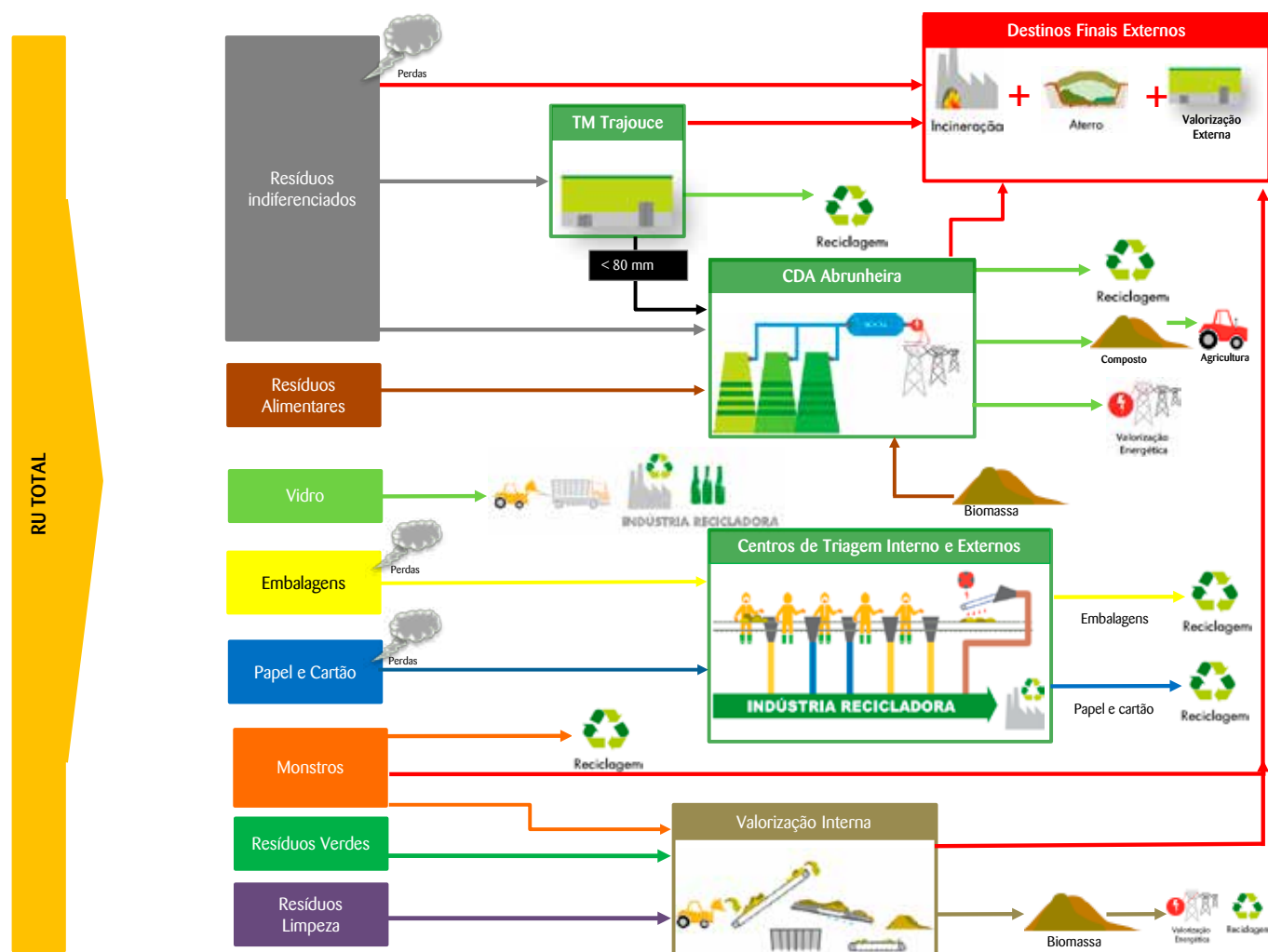
Por último, foi também evidente no ano de 2016, o crescimento que as recolhas de resíduos de limpeza (+20,2% e +4.494 t) e de monstros (+17,0% e +1.545 t) registaram face ao ano anterior, tal como se pode verificar no quadro abaixo.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
RESÍDUOS INDIFERENCIADOS (t)	333.062	330.817	317.755	298.427	288.461	294.036	292.136	300.162	2,7%
Cascais	93.341	92.012	89.557	85.524	84.809	84.883	85.116	87.704	3,0%
Mafra	32.615	32.531	31.613	30.419	29.144	29.435	29.498	30.691	4,0%
Oeiras	63.176	62.765	60.120	56.800	54.694	55.635	55.963	57.359	2,5%
Sintra	140.657	140.357	133.946	124.446	119.715	122.007	121.088	124.051	2,4%
Particulares	3.274	3.152	2.520	1.239	100	2.076	470	357	-24,0%
RESÍDUOS LIMPEZA (t)	76.172	71.443	65.357	47.455	33.173	21.845	22.250	26.744	20,2%
Cascais	24.211	25.536	23.824	16.175	12.903	7.466	8.041	8.778	9,2%
Mafra	1.353	2.166	1.127	902	1.087	1.472	1.458	1.816	24,5%
Oeiras	11.271	6.422	7.688	3.415	959	2.326	3.123	4.772	52,8%
Sintra	38.915	36.906	32.433	26.915	18.209	10.562	9.584	11.332	18,2%
Particulares	422	414	284	48	15	19	44	46	3,3%
MONSTROS(t)	10.836	11.780	10.368	8.869	9.275	8.560	9.105	10.651	17,0%
Cascais	2.723	3.277	3.161	2.569	2.376	2.397	2.826	3.284	16,2%
Mafra	1.696	1.678	1.667	1.399	1.220	1.320	1.261	1.731	37,3%
Oeiras	3.141	2.874	2.363	2.073	2.854	1.520	1.723	1.768	2,6%
Sintra	2.686	2.965	2.415	2.143	1.884	1.814	1.702	2.006	17,8%
Particulares	590	987	762	685	941	1.509	1.593	1.863	16,9%

3.2. Tratamento e Valorização

A TRATOLIXO recebe as diversas tipologias de resíduos provenientes das recolhas do Sistema AMTRES e realiza, mediante a capacidade das suas instalações, o seu tratamento, a partir do qual obtém produtos que comercializa.

Os rejeitados dos processos são enviados para destino adequado, tal como se pode observar no esquema.



No Ecoparque de Trajouce são recebidos cerca de 90% dos resíduos indiferenciados produzidos no Sistema. Por uma questão de logística e de optimização processual, estes resíduos são sujeitos à etapa de TM da CITRS e a fracção infra 80 mm (fracção orgânica) – que é aqui separada da fracção não orgânica – é encaminhada para a CDA da Abrunheira e sujeita à etapa de TB, da qual resulta composto e energia eléctrica.

Do processamento de resíduos indiferenciados no TM da CITRS de Trajouce resulta, tal como já foi referido, a produção de fardos de vários tipos de materiais recicláveis que são posteriormente encaminhados para reciclagem. Os resultados de produção desta unidade para o ano de 2016 são os que se apresentam no quadro seguinte.

Recuperação de recicláveis na CITRS com origem na Recolha Indiferenciada (t)	2014	2015	2016	Δ 2015-2016
Filme plástico	1.463,34	1.269,40	926,58	-27,01%
PEAD	109,76	248,12	257,02	3,59%
PET	201,24	180,44	163,74	-9,26%
Plásticos Mistos	-	95,80	0,00	-100,00%
Cartão	1.137,47	1.225,30	796,97	-34,96%
Aço	1.190,82	1.200,48	1.003,02	-16,45%
Alumínio	17,78	17,72	15,63	-11,76%
Total	4.120,41	4.237,26	3.162,96	-25,35%

Face ao ano anterior, denota-se um desvio negativo de -25,35% na recuperação de materiais recicláveis nesta infra-estrutura, o qual está relacionado com a menor quantidade de resíduos processados (-31.105,16 t) comparativamente com 2015, facto que se deveu a paragens nos motogeradores da CDA da Abrunheira, bem como a uma paragem da CITRS para requalificação do seu sistema de automação.

Na CDA da Abrunheira somente é efectuada a triagem do aço e alumínio, uma vez que esta infra-estrutura recebe exclusivamente a fracção infra 80 mm proveniente do processo de TM da CITRS de Trajouce e este material é constituído apenas por matéria orgânica.

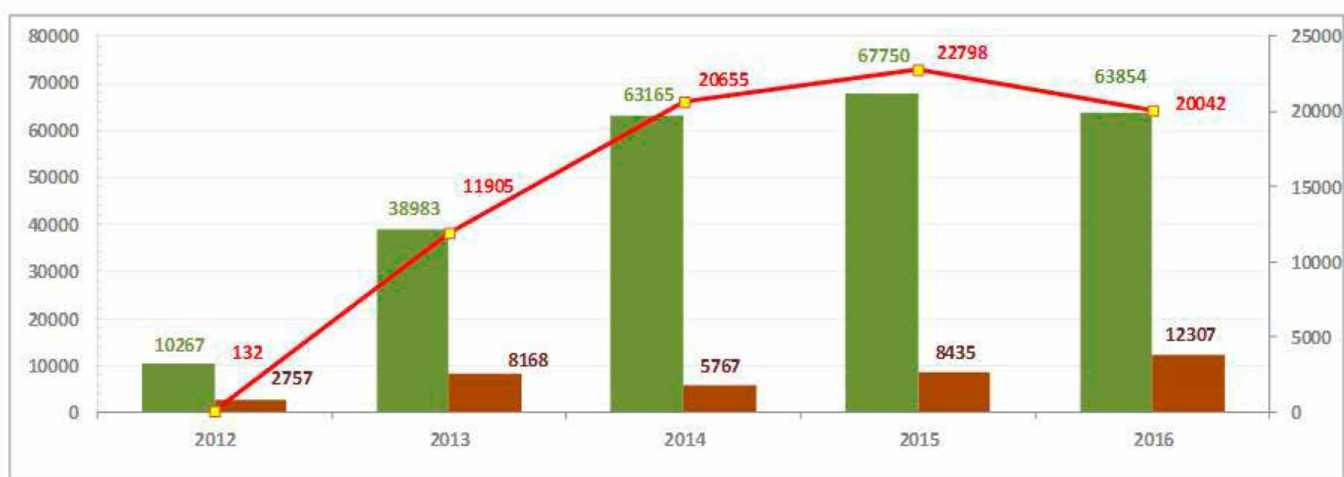
Assim sendo, verificou-se em 2016 a produção de 187,88 t de aço e 34,52 t de alumínio na CDA da Abrunheira.

Na componente de tratamento biológico desta unidade, em 2016 foram ali recebidas 69.344,22 t de fracção orgânica infra 80 mm proveniente do TM de Trajouce para valorização orgânica, das quais 63.854 t de resíduos foram introduzidas nos biodigestores, tendo-se a partir daqui obtido 12.307,01 t de composto, resultado que representa um +45,91% face ao ano anterior.

Esta variação foi resultado da alteração nas malhas dos crivos da afinação, o que proporcionou um aumento da eficiência de crivagem.

Há igualmente a assinalar a produção de energia eléctrica a partir do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia, que em 2016 totalizou 20.042,19 MWh, valor que representa um decréscimo de -12,09% face ao ano anterior mas que continua a constituir um resultado muito acima do previsto em projecto.

O decréscimo observado justifica-se com as avarias e revisões efectuadas aos equipamentos produtores de energia da CDA e com a paragem da CITRS – que condicionou o processamento de resíduos e, em consequência, o envio de resíduos para a CDA com a consequente diminuição na produção de energia eléctrica.



● RESÍDUOS INTRODUTOS NOS DIGESTORES (t) — ELECTRICIDADE (MWh) ● COMPOSTO (t)

No respeitante à actividade desenvolvida no Ecocentro de Trajouce, os materiais potencialmente valorizáveis que provêm dos resíduos verdes, resíduos de limpeza e monstros são segregados nesta instalação e encaminhados para destino final adequado, consoante a sua tipologia.

Durante o ano de 2016 a recuperação de materiais a partir deste Ecocentro registou uma diminuição de -53,75% face ao ano anterior (-6.831,76 t), facto que é imputado à variação registada na biomassa.

Com a entrada em vigor da legislação relativa ao Regime de Emissões Industriais (REI), a TRATOLIXO deixou, em Julho de 2015, de produzir biomassa para valorização energética, limitando-se à produção de biomassa para valorização orgânica na CDA da Abrunheira, sendo que os restantes resíduos verdes foram encaminhados para valorização numa entidade externa, com todos os inconvenientes ambientais e económicos que daí advieram.

Ecocentro Trajouce (t)	2014	2015	2016	Δ2015-2016
Plásticos rígidos	79,40	108,38	107,02	-1,25%
Pilhas	2,16	0,00	1,34	100,00%
REEE	96,08	106,26	63,22	-40,50%
Metais	148,88	188,66	234,60	24,35%
Pneus	38,38	39,58	60,42	52,65%
Biomassa	20.806,59	12.264,42	5.408,90	-55,90%
EPS	3,38	3,28	3,32	1,22%
Total	21.174,87	12.710,58	5.878,82	-53,75%

Quanto ao Ecocentro da Ericeira, foram recepcionadas nesta infra-estrutura durante o ano de 2016 um total de 1.440,82 t de resíduos, valor que constitui uma diminuição de -7,07% (-109,70 t) face ao ano anterior.

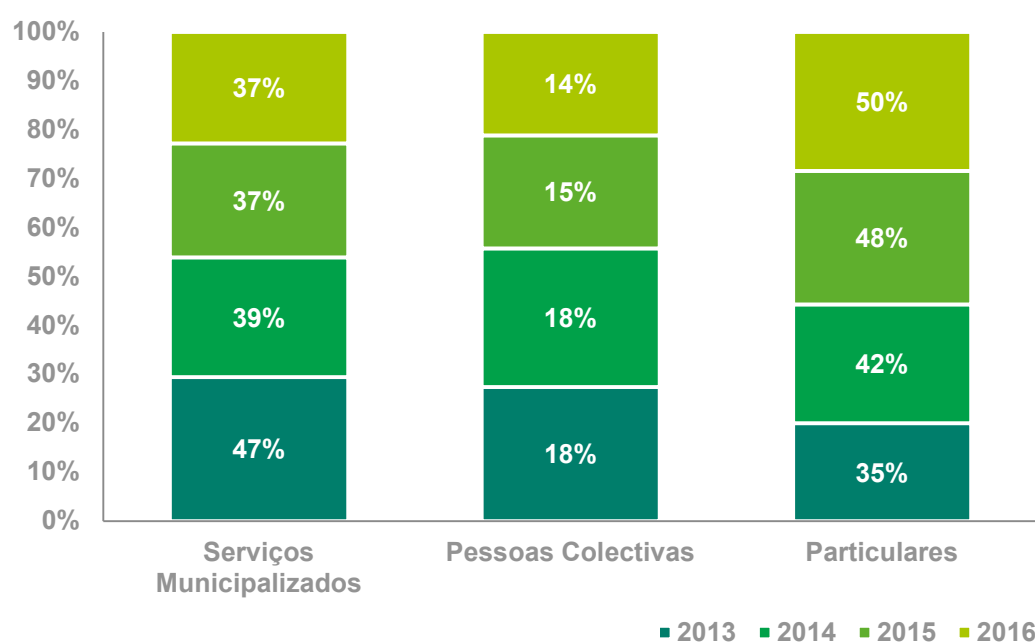
Resíduos Recebidos no Ecocentro da Ericeira



Em 2016 o Ecocentro da Ericeira registou um total de 9.701 utilizadores, o que constitui um decréscimo de -4,82% face ao ano de 2015 e -491 utilizadores.

No entanto, apesar da diminuição da quantidade total de resíduos entregues e do número total de entradas no ecocentro, continua a verificar-se que os utilizadores particulares efectuem a maioria das entregas de resíduos nesta infra-estrutura. Este facto demonstra que o Ecocentro da Ericeira cumpre exemplarmente a função para a qual foi criado, o que revela também a importância do mesmo para a gestão de resíduos do Sistema AMTRES.

Percentagem de Entradas no Ecocentro da Ericeira por tipo de utilizador



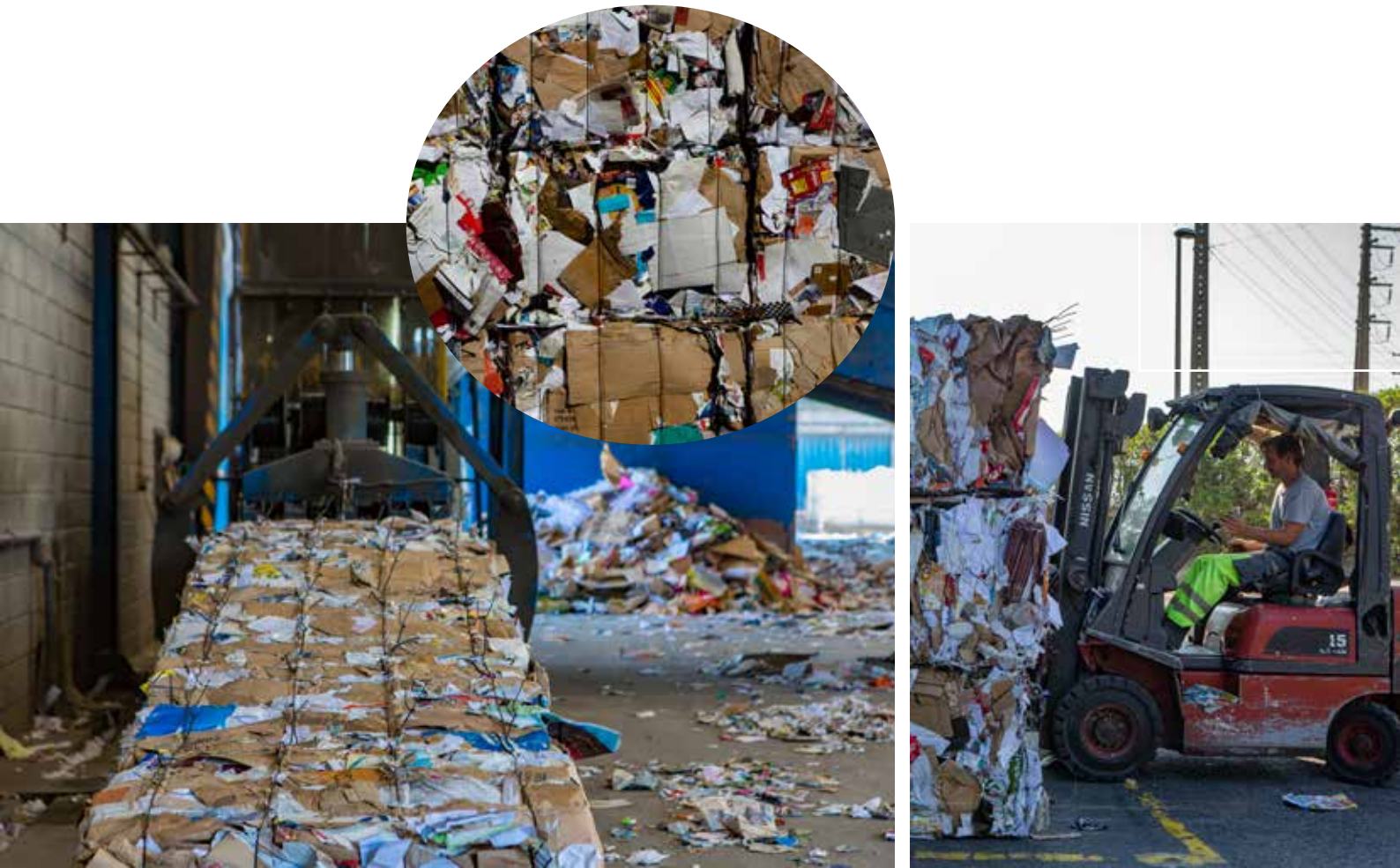
Após produção, os materiais recicláveis triados em todas estas infra-estruturas são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos, tais como a Sociedade Ponto Verde (SPV), uma das entidades gestoras para os Resíduos de Embalagem (RE).

No que a este fluxo específico diz respeito e considerando apenas as retomas oriundas de recolha selectiva, no ano de 2016 registou-se uma diminuição de -4% face ao ano anterior (-969 t).

*Retomas	Vidro (t)	Papel cartão (t) **	Plástico (t)	Metal (t)	Madeira (t)	Total (t)
2013	10.711	7.901	4.082	590	74	23.358
2014	10.074	5.653	4.644	497	0	20.867
2015	10.473	5.729	5.007	429	0	21.637
2016	10.237	5.634	4.342	359	96	20.668
Δ 2015-2016	-2%	-2%	-13%	-16%	+100%	-4%

*Apenas recolha selectiva

**Reporta apenas papel/cartão embalagem e inclui dados referentes às retomas de ECAL



O resultado registrado nas retomas deve-se a uma menor eficiência do processo de triagem das embalagens, que se encontra subcontratado a um prestador de serviço até à entrada em funcionamento da nova Central de Triagem de Resíduos de Embalagem de Trajouce.

Para além da reciclagem e por motivos de incapacidade de realizar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES, a TRATOLIXO procede ao envio de resíduos e refugos dos seus processos para outros operadores de gestão de resíduos externos devidamente licenciados, tais como valorização orgânica, outra valorização multimaterial, incineração e aterro.

Em termos de encaminhamento de resíduos para destino final, em 2016 verificou-se um aumento de +3,28% face ao ano anterior, fruto da maior quantidade de resíduos recebidos.

	2013	2014	2015	2016	Varição
 Aterro	62.260,10	35.437,44	44.485,28	59.030,90	32,70%
Resíduos Indiferenciados	20.921,40	20.421,50	8.214,88	9.243,26	12,52%
Outros Resíduos	796,58	380,12	1.842,34	3.222,62	74,92%
Rejeitados dos processos	40.542,12	14.635,82	34.428,06	46.565,02	35,25%
 Valorização orgânica	12.877,12	33.003,90	4.407,96	913,82	-79,27%
Resíduos Indiferenciados	972,46	11.275,72	2.458,96	0,00	-100,00%
Outros Resíduos	10.459,50	869,04	0,00	722,16	+100,00%
Rejeitados dos processos	1.445,16	20.859,14	1.949,00	191,66	-90,17%
 Outras Valorizações e Destinos	48.662,35	82.706,68	86.224,16	87.797,07	1,82%
Resíduos Indiferenciados	0,00	8.483,66	16.074,74	29.378,20	82,76%
Outros Resíduos	19.857,78	37.857,72	45.872,60	49.857,85	8,69%
Rejeitados dos processos	28.804,57	36.365,30	24.276,82	8.561,02	-64,74%
 Incineração/Val. Energética	179.119,84	141.687,94	164.557,12	161.771,60	-1,69%
Resíduos Indiferenciados	122.446,08	82.298,26	84.591,28	109.471,64	29,41%
Outros Resíduos	0,00	0,00	5.771,18	2.898,74	-49,77%
Rejeitados dos processos	56.673,76	59.389,68	74.194,66	49.401,22	-33,42%
Total envios	302.919,41	292.835,96	299.674,52	309.513,39	3,28%

No ano de 2016, o envio de resíduos urbanos directamente para aterro totalizou 12.465,88 t, quantitativo que representa 3,00% do total de resíduos recolhidos no Sistema AMTRES.

Relativamente aos resultados da TRATOLIXO em relação às metas estipuladas no PERSU 2020 para o Sistema, a empresa seguiu a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

Os resultados obtidos pela TRATOLIXO para 2016 constam do quadro abaixo.



Refere-se que os dados apresentados não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviços, pelo que os mesmos são provisórios e carecem de validação por parte da APA.

3.3 Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.

3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas

de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos seus colaboradores e clientes e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

4. Prevenir a poluição e assegurar a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.

5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.

6. Proporcionar aos colaboradores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.

7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratos para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.

8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.

9. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.

10. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la.

Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.

3.4. Planeamento Estratégico

A TRATOLIXO encontra-se a executar o seu Plano de Acção do PERSU 2020 (PAPERSU), aprovado pela APA, de modo a dar cumprimento às metas e objectivos definidos pelo PERSU 2020 para o Sistema AMTRES.

Este documento reflecte as intervenções previstas no Novo Modelo Técnico da empresa para o período 2014-2020, que constituem medidas estratégicas para a afirmação da TRATOLIXO enquanto prestadora de um serviço público de qualidade no domínio da gestão de resíduos.

Do conjunto de medidas previstas no PAPERSU, em 2016 foi desenvolvido um conjunto de trabalhos relevantes.

Logo em Janeiro, foi lançado o procedimento da “Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem de Trajouce” e foi submetida a candidatura relativa à referida empreitada a financiamento do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

O POSEUR foi criado para operacionalizar a Estratégia Portugal 2020, um acordo de parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a actuação dos vários Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover em Portugal no período de 2014 a 2020.

A candidatura da nova CT de RE da TRATOLIXO viria a ser aprovada, em Junho, com a taxa máxima de co-financiamento de 85% prevista pelo Fundo de Coesão (FC) para as operações aprovadas, resultando, assim, num montante total financiado de 8.925.000 € para a empresa.

Esta infra-estrutura é considerada essencial ao Sistema AMTRES para a sua independência do exterior relativamente ao tratamento desta tipologia de resíduos provenientes de recolha selectiva

Cofinanciado por:



NOVA CENTRAL DE TRIAGEM DE EMBALAGENS DE TRAJOUCE. VAI CHEGAR.

O futuro está pela frente, mas a Tratolixo faz questão de lá chegar mais cedo.

Estamos a renovar o Ecoparque de Trajouce, assim, vamos já este ano dar início à construção da Nova Central de Triagem, um investimento estruturante que nos permitirá uma automatização superior, alcançando uma muito maior eficiência no aproveitamento dos resíduos oriundos de recolha selectiva. A par de uma significativa redução dos custos e uma já merecida conquista de autonomia.

É assim que, hoje, queremos ser no futuro.

VAMOS CHEGAR MAIS CEDO AO FUTURO.



dos seus municípios, bem como para dar cumprimento às metas de retoma de recolha selectiva e preparação para reutilização e reciclagem impostas no PERSU 2020 para o Sistema gerido pela TRATOLIXO.

A construção da CT de Trajouce pretende garantir ao SGRU da AMTRES a capacidade de recepção e triagem integral dos RE de papel e cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL provenientes dos ecopontos azul e amarelo, respectivamente.

Relembra-se que a TRATOLIXO não dispõe de uma linha de triagem de plástico, metal e ECAL desde 2008 – estando a encaminhar estes materiais para prestadores de serviço externos desde essa altura com elevados custos económicos e ambientais – e que a linha de triagem de papel/cartão existente apresenta uma capacidade insuficiente para processar o material actualmente recolhido selectivamente pelos seus municípios.

Esta nova infra-estrutura estará dotada de um elevado grau de automatização, permitindo a recuperação de materiais recicláveis definida no PERSU 2020 para estes materiais, o que permitirá aumentar a quantidade de resíduos encaminhados para reciclagem e diminuir a quantidade de refugos do processo a encaminhar para aterro.

Com um preço base do procedimento de 10.200.000 €, a nova CT de Trajouce permitirá melhorar substancialmente o serviço público prestado aos seus municípios no domínio do tratamento de resíduos, garantindo a manutenção da saúde pública, a protecção do ambiente e o desenvolvimento da economia ligada aos produtos resultantes desta actividade.

As propostas para a concepção e construção da nova CT encontram-se, à data, em avaliação por parte do júri do procedimento.

Outra medida prevista no PAPERSU da TRATOLIXO é a construção de uma Central de Tratamento Mecânico (TM) com Unidade de Produção de CDR em Trajouce, para o processamento integral dos resíduos indiferenciados produzidos no Sistema.

O objectivo desta empreitada começa por ser a requalificação e aumento da capacidade instalada do actual TM de Trajouce, permitindo que todos os resíduos indiferenciados produzidos no Sistema AMTRES sejam sujeitos a Tratamento Mecânico, que seja possível uma maior recuperação de materiais recicláveis – e assim, cumprir a meta prevista no PERSU 2020 – e obter uma fracção orgânica de qualidade para valorização biológica na CDA da Abrunheira.

Este novo TM terá uma capacidade de 300.000 t/ano e estará dotado de um elevado grau de automatização, permitindo uma recuperação de materiais recicláveis superior a 10%, resultado superior ao mínimo de eficiência de recuperação de materiais de 7% previsto no PERSU 2020.

Por outro lado, a instalação de uma linha de produção de CDR permitirá um maior aproveitamento da fracção rejeitada e a consequente gestão desta enquanto um recurso endógeno, minimizando a deposição em aterro e promovendo a utilização de combustíveis alternativos.

Quanto a esta infra-estrutura, foram preparadas as peças do procedimento associadas à respectiva empreitada. Contudo, o elevado investimento da mesma e a indefinição legal relativamente aos valores de contrapartida a pagar pelas entidades gestoras do fluxo das embalagens – que só foram publicados a 25 de Novembro de 2016 – impossibilitava a elaboração de estudos de viabilidade financeira da operação, subjacentes às candidaturas a financiamento comunitário.

Assim, em 2016 foram elaborados os trabalhos conducentes à definição da melhor estratégia de implementação da medida associada à construção desta unidade de TM.

Outra medida proposta no PAPERSU da empresa está ligada à Investigação e Desenvolvimento, que pretende apostar na criação de uma rede de conhecimento focada na inovação tecnológica e na I&D, promover e estreitar as relações com a Comunidade Científica através da celebração de parcerias e acompanhar e desenvolver novos projectos que permitam potenciar cadeias de valor no domínio dos resíduos e de outros recursos.

Na procura da adopção de melhores práticas técnica e financeiramente adequadas com o consequente impacto positivo na gestão de resíduos e no ambiente, no ano de 2016 foram igualmente submetidas ao Fundo de Eficiência Energética (FEE) três candidaturas relativas a projectos e iniciativas a desenvolver no Ecoparque da Abrunheira.

O FEE constitui um instrumento financeiro capaz de financiar os programas e medidas previstas no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) em todas as suas linhas de actuação.

A actividade do FEE encontra-se ainda alinhada com a política do Portugal 2020, com o apoio dos FEEI e de acordo com as metas nacionais estabelecidas, no sentido de melhorar a eficiência energética do país através de uma redução em 25% do consumo de energia até 2020.

As iniciativas em causa prendem-se com a implementação de medidas que contribuam para a promoção do aumento da eficiência energética em processos industriais através da implementação de medidas inseridas no PNAEE.

Em Dezembro foi publicado o Relatório Preliminar da análise das candidaturas, tendo a TRATOLIXO visto preliminarmente aprovadas as suas três candidaturas no montante global total de 77.471,75 €.



3.5. Sistema Integrado de Gestão



Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RSU e todas as unidades da empresa.

Em 2016 a TRATOLIXO viu renovada a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental na Central de Digestão Anaeróbia e obteve a extensão do mesmo ao Ecocentro da Ericeira. No que se refere ao Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança e Saúde no Trabalho, obteve-se a extensão do mesmo à ETARI da Abrunheira.

A certificação do Sistema Integrado de Gestão nas unidades da TRATOLIXO é um reflexo da aposta constante da empresa na melhoria contínua da qualidade dos seus produtos e do serviço prestado e no seu comprometimento em tomar as medidas preventivas e correctivas para eliminar ou minimizar os Aspectos Ambientais e Riscos Ocupacionais associados à actividade da empresa, que proporcionem um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável para os colaboradores e parceiros externos.

Para o ano de 2017, a TRATOLIXO tem por objectivo manter a certificação do Sistema Integrado de Gestão e prevê a sua extensão no âmbito da Qualidade e Segurança e Saúde no Trabalho à nova infra-estrutura – as Células de Confinamento Técnico, no Ecoparque da Abrunheira.



3.6. Licenciamentos e Requisitos Legais

A área dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Sendo este um dos aspectos materiais mais importantes para a empresa, é a partir desta área que se instroem os pedidos de licenciamento e se procede à identificação, análise e aplicabilidade da legislação da TRATOLIXO.

Os desenvolvimentos mais relevantes registados em 2016 prenderam-se com a realização da vistoria para a emissão da licença de exploração das CCT da Abrunheira, a emissão do 1º aditamento à licença ambiental do Ecoparque da Abrunheira e a renovação do alvará de operação de gestão de resíduos para o Ecocentro da Eriçeira.





3.7. Monitorização de Processo e Produto

O serviço de Monitorização de Processo e Produto, para além de dar resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais, também monitoriza a actividade da empresa ao nível do seu desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos Produtos produzidos.

Assim, torna-se possível à TRATOLIXO introduzir atempadamente as necessárias melhorias para evitar o incumprimento de normativos legais em vigor para a sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto.

A forma como a empresa põe em prática estes objectivos é através da elaboração e execução anual do seu Plano de Monitorização Ambiental (PMA).

Este documento constitui a base para o desenvolvimento de todos os trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais – emissões, efluentes e ruído – e os respectivos parâmetros a avaliar.

A partir de 2010 foi adicionalmente estendida a monitorização ambiental às lixeiras do Sistema AMTRES.

Também com periodicidade anual, a TRATOLIXO elabora o Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR), documento que planifica as actividades de caracterização de diversas tipologias de resíduos produzidos no Sistema AMTRES.

O PCQR permite, assim, conhecer as características físicas dos resíduos que dão entrada nas instalações da TRATOLIXO – que são, no fundo, a matéria-prima base da actividade da empresa – possibilitando, por um lado, o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos Resíduos Urbanos (RU) e por outro lado, aferir a sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

É ainda elaborado anualmente um Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF), que tem como objectivo monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa – e assim controlar e garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais, tais como o consumo de água, electricidade, gás e resíduos produzidos – realizar o controlo de qualidade dos produtos finais e verificar o cumprimento das Especificações Técnicas (ET) definidas para os mesmos.

1 PLANO DE COMUNICAÇÃO

1 CONFERÊNCIA

7 CAMPANHAS SOLIDÁRIAS

14t DE TAMPINHAS

11.725 PAGE VIEWS DO NOVO SITE

3.261 PESSOAS SENSIBILIZADAS



PRODUÇÃO
DE ENERGIA



DEPOSIÇÃO DE
RUB EM ATERRO



RETOMAS
RECOLHA SELETIVA



PREP.
REUTILIZAÇÃO
E RECICLAGEM

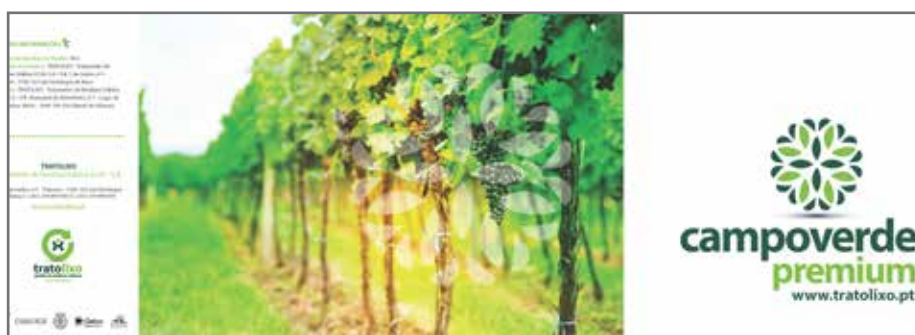


3.8 Comunicação e Imagem

Publicações

Em 2016 foram elaborados diversos suportes informativos, quer de comunicação institucional quer de sensibilização, para os diversos públicos com os quais a TRATOLIXO contacta no decorrer da sua actividade.

Neste âmbito salientam-se a newsletter, o folheto do composto Campoverde Premium, os anúncios publicados em jornais, revistas e eventos do sector dos resíduos, os roll-ups informativos, a actualização dos outdoors dos Ecoparques da empresa, a produção do filme “Reciclar é Importante” e a publicação do novo sítio de internet da empresa.



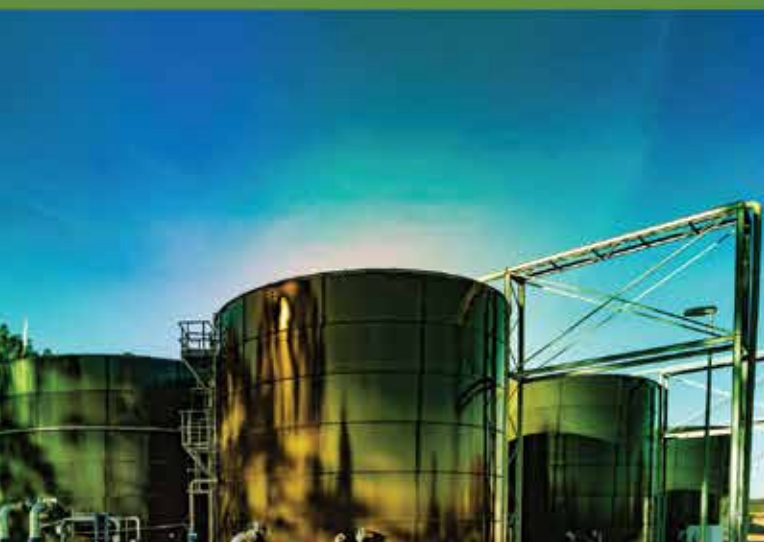
PREOCUPAMO-NOS COM O PRESENTE. TRATAMOS DOS SEUS RESÍDUOS.

A TRATOLIXO é uma empresa com quase 30 anos de experiência no tratamento e valorização de Resíduos Urbanos, procurando valorizar cada vez mais, as cerca de 400.000 toneladas de resíduos produzidas pelos mais de 844.000 habitantes, residentes nos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Em Mafra, no Ecoparque da Abrunheira, valorizamos os resíduos com recurso a tecnologia avançada e a técnicos qualificados, através da Central de Digestão Anaeróbia, das Células de Confinamento Técnico e da ETAL.

Nesta CDA recebemos directamente os resíduos urbanos do Município de Mafra para tratamento.

VAMOS CHEGAR MAIS CEDO AO FUTURO.



CONFERÊNCIA

DILEMAS E OPORTUNIDADES NO SECTOR DOS RESÍDUOS.
REGULAÇÃO E NECESSIDADES DE INVESTIMENTO.
NOVAS LICENÇAS DO SIGRE E NOVAS METAS DO PERSU.

14 de Julho de 2016

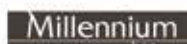
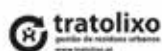
AUDITÓRIO MARIA BARROSO

Casa de Histórias Paula Rego
Cascais

Esta conferência conta com a presença do

Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Eng. Carlos Martins
e de diversas entidades: APA e ERSAR.

E o debate sobre o SIGRE e metas do PERSU com a participação
da Sociedade Ponto Verde e Novo Verde.



Participação em Eventos e Feiras

A TRATOLIXO esteve presente no Festival MUSA Cascais (Junho, Carcavelos), na Conferência “Dilemas e Oportunidades no Sector dos Resíduos, Regulação e Necessidades de Investimento: Novas Licenças do SIGRE e Novas Metas do PERSU” (Julho, Cascais), na FEXPOMALVEIRA (Agosto, Malveira) e no Greenfest 2016 (Outubro, Estoril).



Visitas

Durante o ano de 2016, a TRATOLIXO recebeu várias visitas técnicas nas suas instalações provenientes de diversas empresas e entidades nacionais e internacionais, tendo igualmente recebido a título de visitas de estudo, várias entidades escolares e de solidariedade social.



Para além destas visitas, a empresa participou também em acções de sensibilização em escolas e eventos, tais como a Festa do Ambiente promovida pela Câmara Municipal de Oeiras, o evento “Há Festa no Parque” desenvolvido pela Câmara Municipal de Mafra, a Festa da Criança organizada pela Câmara Municipal de Cascais e acções de sensibilização nas praias dinamizadas pela Câmara Municipal de Oeiras.





Apoio Social

A empresa presta um importante contributo no domínio social à sua comunidade envolvente através da prestação de apoio a várias instituições e campanhas solidárias.

No ano de 2016, esse apoio foi prestado através da recepção de tampinhas – que totalizou 14,92 toneladas – e pela atribuição de apoio financeiro às instituições beneficiadas.





263 TRABALHADORES

69 DO GÉNERO FEMININO

194 DO GÉNERO MASCULINO

204 ACÇÕES DE FORMAÇÃO

5.020 HORAS DE FORMAÇÃO



3.9. Gestão de Pessoas

Repartição do Efectivo

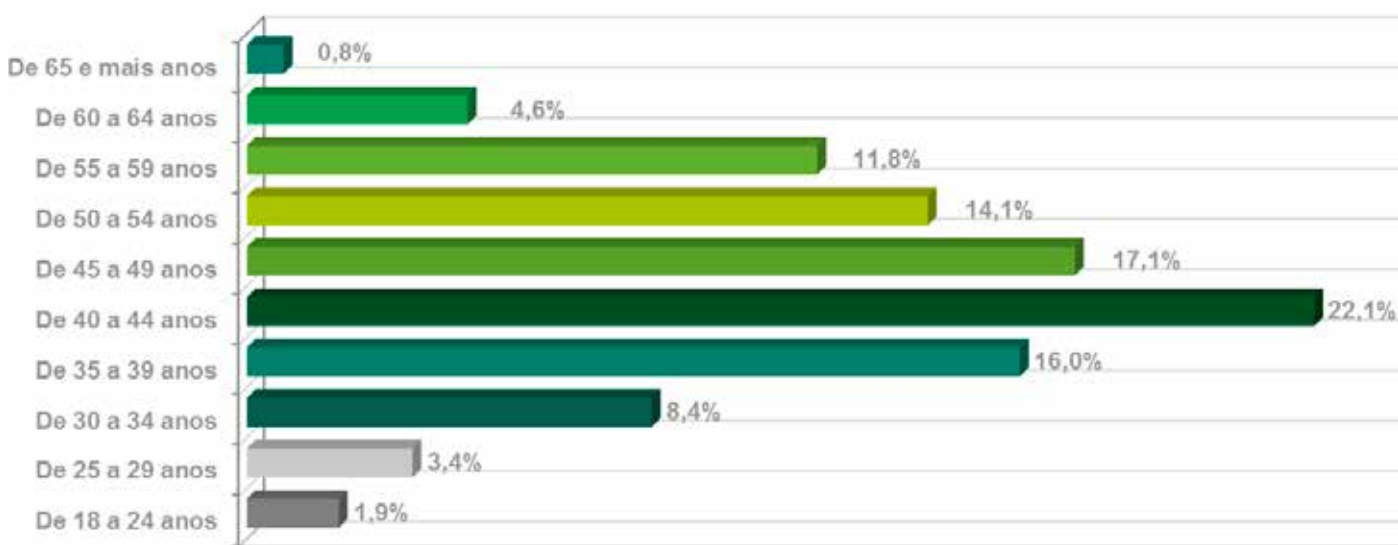
À data de 31 de Dezembro de 2016, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 263 trabalhadores distribuídos por 194 trabalhadores do género masculino e 69 trabalhadores do género feminino, acrescido de 3 trabalhadores temporários do género masculino.

Ocorreu, por isso, um acréscimo face aos anos de 2014 e 2015, nos quais o total de trabalhadores era, a 31 de Dezembro, de 241 e 240, respectivamente.

O índice de tecnicidade (1) passou de 18,8% em 2015 para 18,3% em 2016. Isto ficou a dever-se ao facto de as entradas e saídas de trabalhadores da empresa terem tido maior incidência no pessoal qualificado, semi-qualificado e não qualificado (e menos incidência em coordenadores, técnicos superiores ou técnicos).

Nível Etário

Em termos de escalões etários, a 31 de Dezembro de 2016 verificava-se uma maior concentração de trabalhadores nas faixas etárias entre os 40 e os 44 anos, correspondente a 22,1% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.



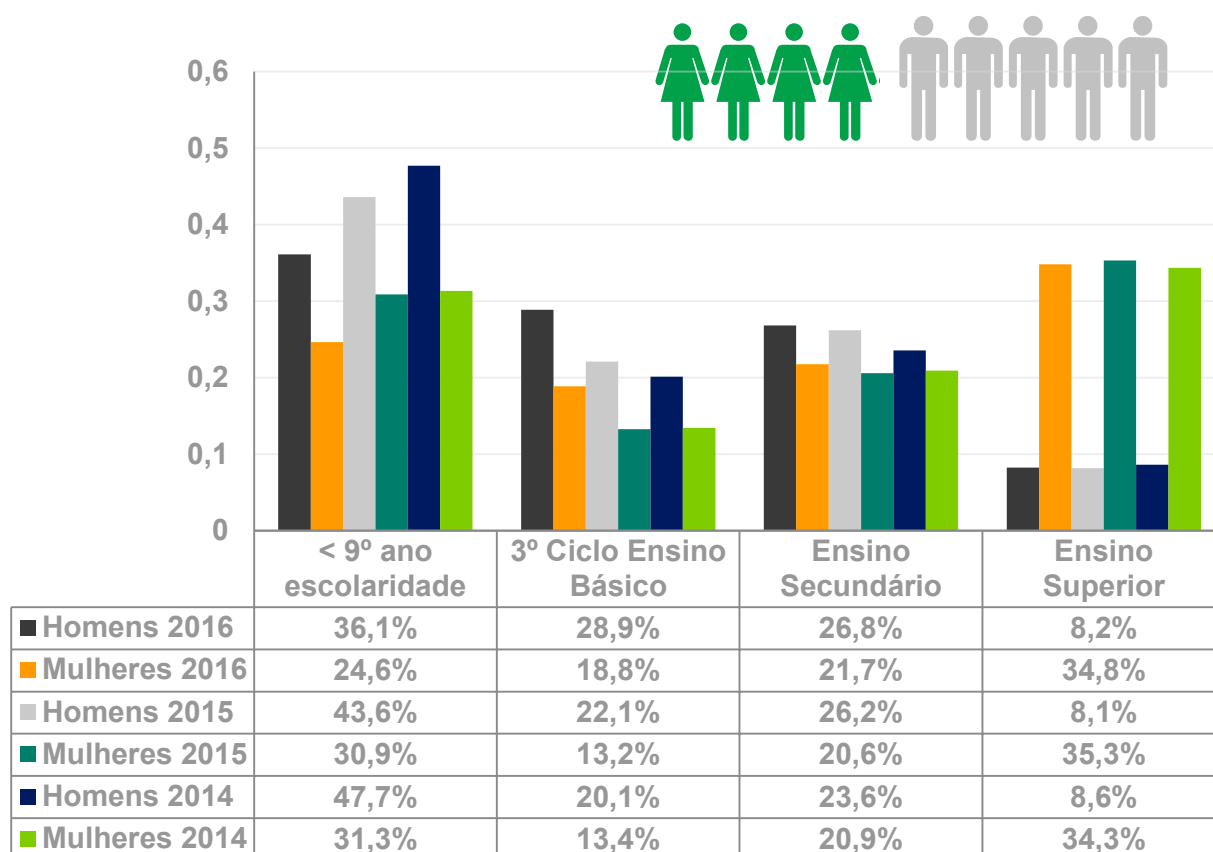
(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos)/Efectivo global * 100.

Nível de Escolaridade

A 31 de Dezembro de 2016, a maior parte dos trabalhadores continuava a ter habilitações literárias inferiores ao 9º ano de escolaridade. No entanto, e face ao ano anterior, houve uma diminuição da percentagem de trabalhadores com este nível habilitacional, sendo que a esta data representavam 33% dos trabalhadores da empresa, quando em 2015 eram 40% os trabalhadores que tinham habilitações literárias inferiores ao 9.º ano.

Por outro lado, a percentagem de trabalhadores cujo nível habilitacional corresponde ao 3.º ciclo do ensino básico aumentou de 19% em 2015 para 26% em 2016.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte:



Formação Geral

Durante o ano de 2016, verificaram-se 1.408 participações em 204 acções de formação interna e externa, num total de 5.020 horas, correspondente a uma média de 24,61 horas de formação por acção. Nestas horas de formação estão incluídas as formações proporcionadas no âmbito de SST.

Formação Certificada	2014	2015	2016
Total de Participantes	462	937	1.408
Total de Acções de Formação	87	151	204
Total de Horas de Formação	2.377	3.376	5.020

O aumento substancial verificado no total de acções de formação realizadas em 2015 e 2016 deve-se ao facto do número de trabalhadores da empresa ter aumentado e de, em 2016, ter havido uma grande aposta na formação dos mesmos.

Na formação ministrada durante o ano de 2016 encontram-se ainda incluídas 56 participações de trabalhadores temporários, correspondente a um total de 182 horas de formação.



Taxa de absentismo

Em 2016 a taxa de absentismo registada na empresa foi de 8,35%, tendo aumentado ligeiramente face ao ano anterior, que tinha registado 8,15%.

Sinistralidade Laboral

No quadro seguinte apresenta-se a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2016, explicitando a situação dos incidentes de trabalho e o número de dias perdidos - relativamente a acidentes efectivamente ocorridos em cada ano - resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

	2014		2015		2016	
	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos
Acidentes de Trabalho	30	-	32	-	22	-
com Baixa	21	810	19	794	15	343
Sem Baixa	9	-	13	-	7	-
Quase-Acidentes de Trabalho	14	-	4	-	3	-

Os dias de ausência por acidente de trabalho diminuíram significativamente face ao ano anterior, com uma variação de cerca de -57%.



EM 2016 FORAM
REALIZADAS ACÇÕES
DE TEAM BUILDING PARA
TODOS OS COLABORADORES
DA EMPRESA





**1 FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO
PELO POSEUR: 8.925.000 €**

3 CERTIFICAÇÕES

1 PLANO DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

**1 PLANO DE CARACTERIZAÇÃO
E QUANTIFICAÇÃO DE RESÍDUOS**

**1 PLANO DE MONITORIZAÇÃO
DE PROCESSO E PRODUTO FINAL**

An aerial photograph showing an industrial site. In the upper half, a multi-lane highway runs horizontally, bordered by a green noise barrier. Below the highway, a dirt road leads to a facility with several large, cylindrical, corrugated metal storage tanks. To the left of the tanks is a large, flat, light-colored area, possibly a roof or a paved lot. In the foreground, a large area is covered with a dark, wrinkled material, likely a liner for a landfill or a large storage pond. The background is filled with dense green trees.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

SUMÁRIO

No final de 2015 referia-se que o equilíbrio da estrutura financeira da TRATOLIXO estaria iminente, apontando-se para a tão desejada estabilidade da Empresa. De facto, da análise da estrutura financeira no final de 2016, conclui-se que o equilíbrio financeiro da Empresa foi conseguido. As contas espelham, pois, as opções estratégicas que tornaram possível o seu reequilíbrio.

O período de ausência de exfluxos de caixa negociado com o sindicato bancário até Junho de 2018, e a fixação da tarifa em 58,58€/tonelada, possibilitaram canalizar a liquidez que se tornava indispensável para investir e regularizar a dívida atrasada a fornecedores.

Tornou-se, pois, possível (i) desenvolver e receber, em Dezembro de 2016, a empreitada das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira; (ii) regularizar a dívida de médio e longo prazo acordada com os credores com quem se haviam estabelecido acordos de regularização de dívida vencida; (iii) regularizar, na íntegra, todas as responsabilidades de curto prazo assumidas no decorrer de 2016.

A dívida financeira, embora tenha crescido (consequência da renegociação da dívida), encontra-se devidamente negociada e o seu cumprimento assegurado, conforme acordado, ao longo do período da concessão.

No final de 2016 os capitais per-

manentes da Empresa foram de 186M€, tendo crescido 12M€ relativamente a 2015. Em consequência, o fundo de maneo que em 2015 ainda se encontrava negativo, em 2016 recuperou 13M€, passando a 8,9M€ positivos.

Para esta variação positiva contribuiu a decisão favorável de atribuição, à TRATOLIXO, de fundos comunitários, nomeadamente do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e Ecal proveniente da recolha selectiva. O custo total estimado do investimento elegível para o projecto da Central de Triagem de Trajouce é de 10,5M€, sendo que a TRATOLIXO obteve a comparticipação máxima de 85%.

Contribuiu, adicionalmente, o reconhecimento da responsabilidade futura com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, prevista para 2029, no montante de 2,6M€.

No curto prazo, continuou a verificar-se o cumprimento exemplar por parte dos Municípios no pagamento das facturas, estando o prazo acordado de 30 dias a ser observado sendo por vezes até antecipado. Anota-se a variação positiva de 8M€ no activo corrente, motivada pelo reconhecimento do subsídio a receber do POSEUR. No passivo corrente, fica, mais uma

vez, patente a redução da dívida a fornecedores.

O resultado líquido da TRATOLIXO no final de 2016 foi de 0,5M€, depois de deduzido o imposto sobre o rendimento no montante de 0,2M€.

O EBITDA de 2016, no montante de 9M€, foi suficiente para cobrir 6,2M€ referente a depreciações e provisões de 2016 que, relativamente a 2015, sofreram um aumento substancial devido ao início das depreciações referentes às Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Em resultado, o EBIT que se apurou, no montante de 2,8M€, foi suficiente, e excedeu em 0,7M€ a actividade de financiamento que, em 2016, totalizou 2,1M€.



**NO FINAL DE 2016
O EQUILÍBRIO FINANCEIRO
DA EMPRESA
FOI CONSEGUIDO**



ANÁLISE DOS RESULTADOS

	2015	2016	Δ	Un: € Δ%
Rendimentos de Exploração	33.181.119	35.117.277	1.936.158	5,8%
Gastos de Exploração	24.106.680	26.107.020	2.000.339	8,3%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	9.074.439	9.010.257	-64.181	-0,7%
Gastos de Depreciação e Amortização	3.437.743	6.299.591	2.861.848	83,2%
Provisões e imparidades	46.293	-130.132	-176.425	n.a.
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	5.590.403	2.840.798	-2.749.605	-49,2%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	569.901	279	-569.623	-100,0%
Juros e Gastos Similares Suportados	2.483.110	2.158.262	-324.849	-13,1%
Resultado antes Impostos	3.677.194	682.815	-2.994.379	-81,4%
Imposto sobre o Rendimento	359.340	155.843	-203.497	-56,6%
Resultado Líquido	3.317.854	526.971	-2.790.882	-84,1%

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), que em 2016 totalizou 9,0M€, sofreu uma variação muito residual relativamente a 2015. De facto, as variações que se verificam nos Rendimentos e Gastos de Exploração quase que se anulam. Se por um lado, os Rendimentos de Exploração cresceram 1,9M€, por outro, os Gastos de Exploração ao crescerem, também, cerca de 2,0M€ anularam o efeito de qualquer resultado que se pudesse antever.

O EBITDA de 9,0M€ obtido em 2016 tornou possível cobrir o valor de Gastos de Depreciação e Amortização e as Provisões e imparidades registado em 2016, obtendo-se um EBIT de 2,8M€. A actividade de financiamento (Juros e Gastos Suportados – Juros e Rendimentos Obtidos) que registou o montante de 2,1M€, foi coberta pelo EBIT, originando um Resultado Antes de Imposto de 0,7M€, que, depois de deduzido do Imposto sobre o Rendimento, gerou um Resultado Líquido de 0,5M€.



Rendimentos de Exploração

Expurgando da sua análise a rubrica de Serviços de Construção, que em 2016 atingiu 3,0M€, e que se compensa quando se analisam os Gastos de Exploração, a variação de 1,9M€, relativamente a 2015, passa de positiva a negativa verificando-se que, de facto, ao invés, houve uma ligeira redução nos rendimentos de cerca de 0,2M€, que a seguir se explica.

Un: €				
Rubrica/Ano	2015	2016	Δ	Δ%
Vendas	8.403.031	7.323.320	-1.079.711	-12,8%
Serviços Prestados	24.053.902	27.128.697	3.074.795	12,8%
Tratamento de RSU	23.278.493	24.173.838	895.345	3,8%
Serviços de Construção	775.409	2.954.858	2.179.449	281,1%
Outros Rendimentos	724.186	665.261	-58.925	-8,1%
Rendimentos de Exploração	33.181.119	35.117.277	1.936.158	5,8%

Quadro 2 – Rendimentos de Exploração

A variação negativa de 1,1M€ que se verifica nas Vendas, ficou a dever-se, (i) a uma menor produção de energia eléctrica injectada na rede devido, sobretudo, a avarias nos motogeradores da Central de Digestão Anaeróbia; (ii) à suspensão, pela Sociedade Ponto Verde, do pagamento dos Valores de Informação dos produtos provenientes da Central de Trajouce; (iii) ao stock acumulado e a maiores ineficiências no tratamento dos resíduos de embalagem. Por seu lado, o tratamento de RSU regista uma variação positiva de 0,9M€ dado que em 2016 entraram no sistema mais 15,6 toneladas de resíduos que em 2015.

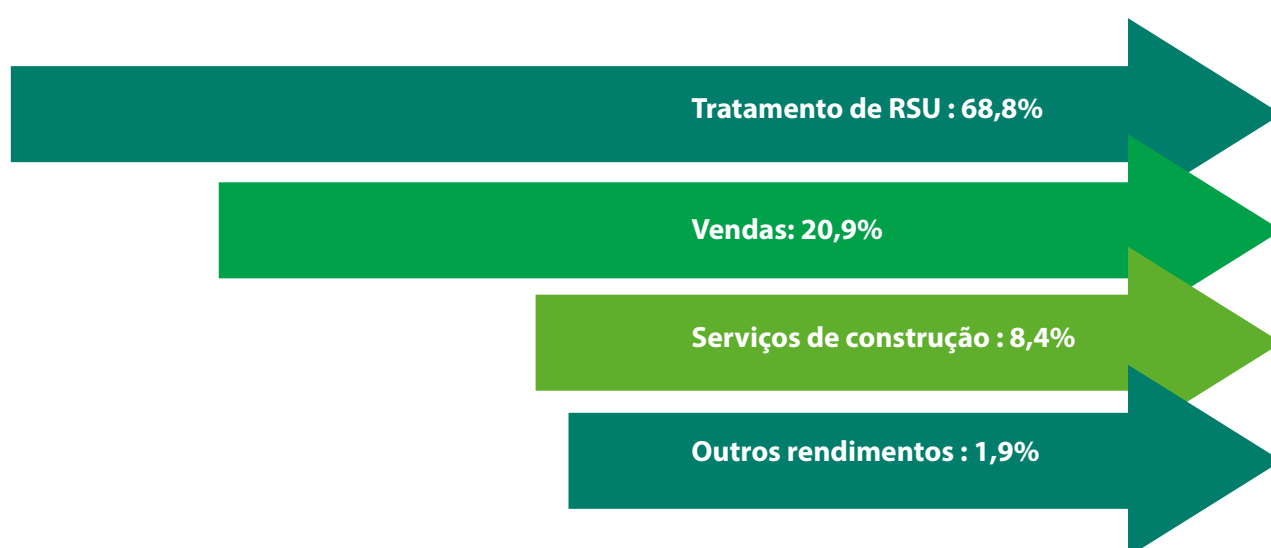


Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos de Exploração

Gastos de Exploração

À semelhança do que se verificou em relação aos Rendimentos de Exploração, também nos Gastos de Exploração, expurgando da análise a rubrica Serviços de Construção, sub-rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, a variação de 2,0M€, relativamente a 2015, passa de positiva a negativa, verificando-se, uma vez mais que, neste caso, ao contrário, houve uma ligeira redução nos gastos em 0,2M€. De facto, tendo em consideração este ajustamento, a variação em Fornecimentos e Serviços Externos passa a residual, registando um acréscimo que não tem qualquer expressão.

Gastos Operacionais

Un: €				
Rubrica/Ano	2015	2016	Δ	Δ%
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	909.175	850.714	-58.461	-6,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	17.172.386	19.355.795	2.183.409	12,7%
Gastos com o Pessoal	5.489.082	5.789.073	299.992	5,5%
Outros Gastos	536.038	111.437	-424.601	-79,2%
Gastos de Exploração	24.106.680	26.107.020	2.000.339	8,3%
Gastos de Depreciação e de Amortização	3.437.743	6.299.591	2.861.848	83,2%
Provisões e Imparidades	46.293	-130.132	-176.425	n.a.
Total dos Gastos Operacionais	27.590.716	32.276.479	4.685.763	17,0%

Quadro 3 – Total dos Gastos Operacionais

Analisando os Gastos Operacionais, os quais resultam da adição aos Gastos de Exploração dos Gastos de Depreciação e de Amortização, e das Provisões e Imparidades, constata-se que o acréscimo relevante no total dos Gastos Operacionais, refere-se à variação de 2,9M€ referente aos Gastos de Depreciação e Amortização. A variação relevante que esta rubrica registou ficou a dever-se ao facto de em 2016, com a recepção provisória das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, se terem iniciado as correspondentes depreciações, cujo montante ascendeu a 2,8M€.

O acréscimo em Gastos com o Pessoal, no montante de 0,3M€, foi devido à reversão dos cortes salariais, bem como a novas contratações.

Em Outros Gastos, a redução de 0,4M€, prende-se, essencialmente, com uma regularização nas contas de 2015 que não teve correspondência em 2016.



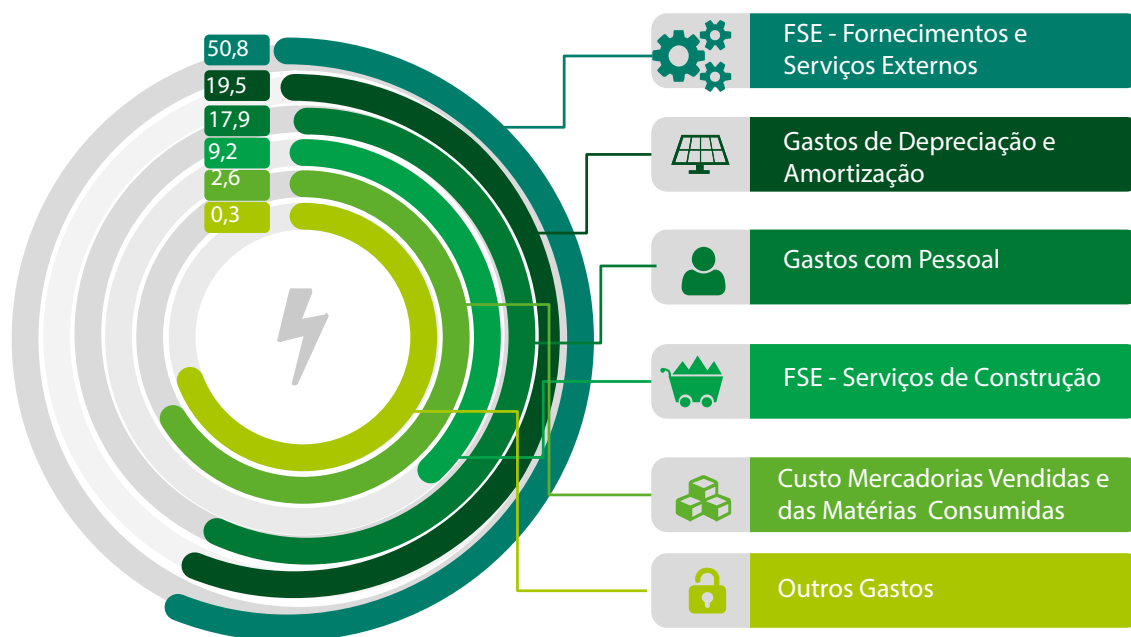


Gráfico 2 - Distribuição do Total dos Gastos Operacionais

Resultados de Financiamento (Juros e Gastos Suportados – Juros e Rendimentos Obtidos)

A variação pouco expressiva de 0,2M€ que os Resultados de Financiamento apresentam, é um reflexo da prudente gestão dos prazos médios de pagamento. De facto, quando se analisam os Juros e Gastos Similares, a rubrica que mais reduz é a de Juros de Mora a Fornecedores que, relativamente a 2015, reduziu 0,3M€. Em Juros e Rendimentos Similares, verifica-se uma redução de 0,6M€ que tem a ver com um proveito da reestruturação financeira de 2015 que não teve correspondência em 2016.

Os Juros com Empréstimos, quando se comparam com 2015, registam uma ligeira redução situando-se nos 2,0M€.

Estrutura Patrimonial

Un: €

Rubricas/Anos	2015	2016	Δ	Δ %
Total do Activo	183.844.368	192.212.968	8.368.600	4,6%
Activos Fixos	177.373.475	176.824.888	-548.587	-0,3%
Outros Activos	5.368.692	13.289.306	7.920.614	147,5%
Soma	182.742.167	190.114.193	7.372.026	4,0%
Caixa e Equivalentes	1.102.201	2.098.774	996.573	90,4%
Total do Capital Próprio	18.401.970	25.390.945	6.988.975	38,0%
Total do Passivo	165.442.398	166.822.023	1.379.625	0,8%
Dívida Financeira	148.065.999	150.067.747	2.001.747	1,4%
Provisões	2.096.417	4.750.182	2.653.766	126,6%
Outros Passivos	15.279.982	12.004.094	-3.275.888	-21,4%

Quadro 4 – Evolução das rubricas do Balanço 2016-2015

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes, em 31 de Dezembro de 2016 era de 190M€, mais 7,4M€ que no final de 2015. Para esta variação contribuiu a rubrica Outros Activos com 8,0M€.

O Activo Fixo, em termos líquidos, reduziu cerca de 0,5M€, situação que se tem vindo a verificar nos últimos exercícios. Embora o plano de investimentos tenha, no essencial, acompanhado o plano traçado para 2016, os montantes capitalizados não foram suficientes para cobrir a redução provocada pelas depreciações que, como já se deu nota, têm vindo a crescer significativamente, consequência da entrada em funcionamento dos investimentos chave à prossecução da actividade da TRATOLIXO que permitem a independência e a autonomia do sistema.

Activos Fixos

O montante de 177M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta refere-se, na sua quase totalidade, às infra-estruturas da concessão de responsabilidade da TRATOLIXO, sendo que, em 2016, transferiram-se para activos firmes da concessão cerca de 76M€ vindos de infra-estruturas em construção, mantendo-se, ainda, em fase de construção cerca de 7,5M€. Embora em 2016 se tenham adicionado ao activo da concessão 5,6M€, a redução de 0,5M€ que se verifica, relativamente a 2015, prende-se, essencialmente, com a realização dos activos firmes por via das depreciações que, em 2016, registaram o montante muito significativo de 6,3M€.

Outros Activos

A variação expressiva de 8,0M€ que a rubrica Outros Activos registou prende-se, sobretudo, com o reconhecimento em balanço de 8,9M€ relativos ao subsídio a receber do POSEUR em anos futuros, em função das despesas elegíveis que possam ser apresentadas em consonância com o avanço da construção da Central de Triagem de Embalagens de Trajouce até ao montante máximo participado de 85%, cujo início deverá ocorrer em meados de 2017.



2. Passivo

O total do Passivo que em 31/12/2016 era de 167M€ cresceu, relativamente a 2015, 1,4M€ por efeito dos acréscimos que se verificam na Dívida Financeira e em Provisões, e da redução de 3,2M€ que se verifica em Outros Passivos.

Dívida Financeira

A Dívida Financeira que no final de 2015 era de 148M€, cresceu 2,0M€ apresentando no final de 2016 o montante de 150M€.

O acréscimo da dívida financeira decorre, essencialmente, dos encargos financeiros vencidos em 2016 nos termos do acordo firmado com o Sindicato Bancário. Em 2016 não se verificou, ainda, qualquer exfluxo tesouraria para a banca, dado que nos termos do contratualizado o primeiro exfluxo ocorrerá apenas em Junho de 2018.

Provisões

A variação de 2,7M€ que se verifica relativamente a 2015, tem a ver com o seguinte:

(i) Provisão para a selagem das Células de Confinamento Técnico: 2,6M€. Nos termos da legislação aplicável a TRATOLIXO registou em balanço esta responsabilidade futura tendo por base o valor presente dos encargos que se perspectivam para 2029 tendo em conta a tecnologia existente;

(ii) Provisão para a monitorização das Células de Confinamento Técnico: 0,3M€. Também nos termos da legislação aplicável, reconheceu-se nas contas, tendo em conta o período da concessão, a responsabilidade presente e futura de monitorização nas fases de exploração e pós encerramento das Células de Confinamento Técnico;

(iii) O restante valor de 0,1M€, que vem em sentido contrário, prende-se, essencialmente, com a redução de imparidades de clientes e com a actualização do

valor das responsabilidades com a monitorização das lixeiras e do aterro de Trajouce .

Outros Passivos

A variação de 3,2M€ que se verifica em Outros Passivos, prende-se, essencialmente, com a redução da dívida a fornecedores, situação que está em linha com as opções estratégicas da Empresa, tendo tido um impacto importante na redução dos juros de mora.

3. Capital Próprio

O Capital Próprio regista, relativamente a 2015, uma variação importante de 7,0M€ que se deve à capitalização da Empresa em 0,5M€ por via do Resultado Líquido de 2016, bem como ao reconhecimento do subsídio a receber do POSEUR. De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios em parcelas durante o período das correspondentes depreciações.



**VERIFICOU-SE O
CUMPRIMENTO EXEMPLAR
POR PARTE DOS MUNICÍPIOS
NO PAGAMENTO
DAS FACTURAS**



5. PERSPECTIVAS PARA 2017

5. PERSPECTIVAS PARA 2017

A TRATOLIXO encara a conjuntura que se avizinha no próximo ano de 2017 com grande expectativa.

É do conhecimento geral que o país está longe de alcançar as metas do PERSU 2020, sobretudo no que diz respeito à prevenção da produção de resíduos, à preparação para reutilização e reciclagem e à deposição de RUB em aterro.

A inversão do comportamento dos cidadãos no domínio da produção de resíduos a nível nacional – com um novo aumento a verificar-se em 2016 no total de resíduos produzidos, contrariando os resultados verificados em anos anteriores – torna indispensável apostar em acções eficazes conducentes à redução da produção de resíduos por cada habitante.

Outra meta a cumprir é a deposição de RUB em aterro. Em 2020, a quantidade de RUB a depositar nos aterros deve diminuir até aos 35% face à quantidade produzida em 1995.

Segundo o Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU) publicado pela APA, em 2015 o país registava 45%. Uma vez que a concretização da meta prevista está fortemente

dependente da construção de infra-estruturas de TMB, a situação torna-se crítica, pois estes procedimentos demoram alguns anos até estarem concluídos e o seu funcionamento optimizado está intimamente ligado à aprendizagem e consolidação de boas práticas comportamentais de gestão de resíduos por parte dos cidadãos.

A não construção destas unidades também coloca em dúvida o cumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem, pois sem o incremento das capacidades e eficiências que estas trarão ao panorama do tratamento de resíduos, não será possível atingir o resultado definido no PERSU 2020 para esta matéria.

Há ainda a ter em consideração o desafio que representa para o país o Novo Pacote da Economia Circular.

Com metas temporais até 2030, este pacote legislativo contempla todo o ciclo de vida dos resíduos – desde a produção do produto que lhe dá origem, passando pela gestão do resíduo em si e terminando na valorização dos seus subprodutos – e estabelece ob-

jectivos mais exigentes, que são a limitação da deposição de todos os resíduos em aterro a 10% dos RU, a reciclagem dos RU em 65% e a reciclagem dos RE em 75%.

Contudo, a transição para o pacote da Economia Circular vai obrigar o país a rever o PERSU 2020, já que a intenção da Comunidade Europeia é que apenas o composto produzido a partir de resíduos provenientes de recolha selectiva seja contabilizado para as metas de reciclagem.

Desta forma, toda a estratégia nacional de gestão de resíduos – assente maioritariamente em instalações de TMB – é colocada em causa.

Porém, é de raciocínio lógico pensar que para impulsionar a economia circular tem que se aumentar a taxa e a eficácia da reciclagem, trabalho esse a realizar desde a operação de recolha dos resíduos até ao seu tratamento em TMB's.

Vive-se, assim, alguma incerteza quanto ao futuro mas enquanto não forem assumidas e efectuadas alterações estratégicas neste domínio, a orientação provém do PERSU 2020.

Como se sabe, o PERSU 2020 vinculou metas específicas junto dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) para executar até ao ano de 2020 e a TRATOLIXO pretende não só dar cumprimento às mesmas, como até contribuir para colmatar eventuais desvios que outros SGRU possam vir a apresentar no âmbito deste Plano.

Esta ambição é fundamentada com a execução – em curso – do PAPERSU da empresa, o qual prevê, entre outras medidas estratégicas importantes, a construção de uma nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem e uma nova Central de Tratamento Mecânico (TM) com Unidade de Produção de CDR, ambas no Eco-parque de Trajouce.

Relativamente à primeira infra-estrutura mencionada, a respectiva obra de construção terá já início em 2017 com um financiamento concedido pelo POSEUR e permitirá internalizar um processo de tratamento de resíduos, há muitos anos subcontratado.

Para tal será necessário proceder a profundas requalificações neste Ecoparque, de modo a realocar os serviços existentes no edifício a demolir com a construção da nova

CT, prevendo-se a requalificação do edifício social e de serviços.

Não obstante as constantes alterações e indefinições legislativas nomeadamente no que diz respeito aos Valores de Contrapartida (VC) e Especificações Técnicas (ET) dos materiais recicláveis provenientes de recolha indiferenciada – o que condiciona a definição estratégica da empresa – aponta-se também para 2017 o lançamento do concurso para a construção do novo TM de Trajouce, que trará um contributo extremamente positivo para a eficiência processual e crescimento do volume de negócios da TRATOLIXO, decorrente da venda de materiais recicláveis obtidos.

Por último, assistir-se-á ao tão aguardado arranque da exploração das CCT da Abrunheira, que porá fim a um longo período de dependência do exterior para o correcto encaminhamento dos rejeitados dos processos operacionais da TRATOLIXO.

Antevê-se, assim, para o próximo ano, o início de forma progressiva, equilibrada e sustentada, da reabilitação da capacidade operacional da empresa, de modo a que esta fique mais apta a responder às

exigências que se lhe deparam e às necessidades dos seus municípios no domínio da gestão de resíduos. E porque a empresa irá ficar reforçada com novas infra-estruturas, serão iniciados em 2017 os trabalhos referentes aos respectivos processos de licenciamento das mesmas.

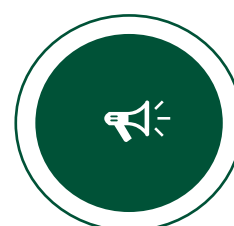
No próximo ano a TRATOLIXO vai ainda continuar a manter um apertado controlo dos custos e tem como expectativa atingir a melhoria dos seus indicadores operacionais, do resultado líquido e a continuação da redução do seu passivo financeiro, enquanto objectivos para 2017.

Está igualmente no horizonte o desenvolvimento de projectos no domínio da I&DT que possibilitem gerar conhecimento, criar soluções adequadas à realidade da empresa e que impulsionem a sua actividade nas diversas vertentes funcionais.

Mantendo a dinâmica evolutiva demonstrada pelo Sistema Integrado de Gestão da TRATOLIXO ao longo destes anos, de modo a garantir a melhoria contínua dos processos internos e que todas as actividades são abrangidas pelo mesmo, em 2017 será efectuada a

extensão do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho às CCT da Abrunheira.

É este o contexto de desafios aliantes que espera a TRATOLIXO no próximo ano e que a empresa procurará vencer tendo em mente a sua melhoria contínua, plenamente ciente que irá fazer o seu melhor para preparar o futuro.



**ANTEVÊ-SE PARA O
PRÓXIMO ANO, O INÍCIO
DE FORMA PROGRESSIVA,
EQUILIBRADA
E SUSTENTADA,
DA REABILITAÇÃO
DA CAPACIDADE
OPERACIONAL
DA EMPRESA**





6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artº 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.L.M. e do artº 66º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2016, no valor de 526.971,30€ (quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e um euros e trinta centimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho




Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros

Índice das Demonstrações Financeiras

BALANÇO	81
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	82
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	83
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	84
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	86
1 INTRODUÇÃO	86
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	87
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	87
4 FLUXOS DE CAIXA	100
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	101
6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	101
7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	107
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS	103
9 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	104
10 INVENTÁRIOS	106
11 CLIENTES	107
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	108
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	108
14 DIFERIMENTOS	109
15 CAPITAL	110
16 RESERVAS	110
17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL	110
18 PROVISÕES	111
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	114
20 FORNECEDORES	115
21 OUTRAS CONTAS A PAGAR	116
22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	116
23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	118
24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	118
25 GASTOS COM PESSOAL	119
26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	119
27 OUTROS GASTOS E PERDAS	120
28 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES	120
29 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	121
30 COMPROMISSOS	122
31 CONTINGÊNCIAS	124
32 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	124
33 PARTES RELACIONADAS	126
34 DISPOSIÇÕES LEGAIS	129
35 EVENTOS SUBSEQUENTES	136

A man in a plaid shirt and dark trousers is walking away from the camera down a modern office hallway. The left wall is covered in large, vibrant abstract paintings in shades of red, orange, and yellow. The floor is a dark, polished material. In the background, there's a glass-walled office area and a green exit sign above a doorway.

7. DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Montantes expressos em €

RUBRICAS	Notas	31 de Dezembro	
		2016	2015
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	48.532	53.287
Activos intangíveis	8	176.733.993	177.259.378
Outros investimentos financeiros		1.692	106
Activos por impostos diferidos	9	40.671	60.704
		176.824.888	177.373.475
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	10	891.602	709.479
Clientes	11	2.398.249	3.617.873
Estado e outros entes públicos	12	400.476	158.865
Outros créditos a receber	13	9.497.437	720.434
Diferimentos	14	101.542	162.041
Caixa e depósitos bancários	4	2.098.774	1.102.201
		15.388.080	6.470.893
TOTAL DO ACTIVO		192.212.968	183.844.368
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15	7.010.000	7.010.000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30.000	30.000
Resultados transitados		(1.401.068)	(4.718.921)
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	17	19.224.921	12.762.918
		24.863.974	15.084.116
Resultado líquido do período		526.971	3.317.854
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		25.390.945	18.401.970
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	18	4.750.182	2.096.417
Financiamentos obtidos	19	150.067.747	148.065.999
Passivos por impostos diferidos	9	64	72
Ajustamentos em subsídios	17	5.581.429	3.705.363
Fornecedores	20	-	1.500.000
		160.399.422	155.367.851
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	20	4.646.982	5.783.621
Adiantamentos de clientes		4.180	23.020
Estado e outros entes públicos	12	164.997	269.960
Outras dívidas a pagar	21	1.606.442	3.997.946
		6.422.601	10.074.547
TOTAL DO PASSIVO		166.822.023	165.442.398
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		192.212.968	183.844.368

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Montantes expressos em €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de Dezembro	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	22	34.452.016	32.456.933
Subsídios à exploração		-	1.000
Variação nos inventários de produção	10	21.812	(119.836)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(850.714)	(909.175)
Fornecimentos e serviços externos	24	(19.355.795)	(17.172.386)
Gastos com o pessoal	25	(5.789.073)	(5.489.082)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	776	(4.962)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11,13	(1.000)	(55.414)
Provisões (aumentos) / reduções	18	130.356	14.084
Outros rendimentos	26	643.448	843.022
Outros gastos	27	(111.437)	(536.038)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		9.140.389	9.028.146
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(6.299.591)	(3.437.743)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		2.840.798	5.590.403
Juros e rendimentos similares obtidos	28	279	569.901
Juros e gastos similares suportados	28	(2.158.262)	(2.483.110)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		682.815	3.677.194
Imposto sobre o rendimento do período	29	(155.843)	(359.340)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		526.971	3.317.854
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO		0,38	2,37

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montantes expressos em €

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações no Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2015		7.010.000	120	30.000	(4.730.017)	13.208.422	11.096	15.529.621
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	11.096	-	(11.096)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(445.505)	-	(445.505)
		-	-	-	11.096	(445.505)	(11.096)	(445.505)
Resultado líquido do período							3.317.854	3.317.854
Resultado integral							3.317.854	2.872.349
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2015		7.010.000	120	30.000	(4.718.921)	12.762.918	3.317.854	18.401.970
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	3.317.854	-	(3.317.854)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	6.462.004	-	6.462.004
		-	-	-	3.317.854	6.462.004	(3.317.854)	6.462.004
Resultado líquido do período							526.971	526.971
Resultado integral							526.971	6.988.975
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2016		7.010.000	120	30.000	(1.401.068)	19.224.921	526.971	25.390.945

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Montantes expressos em €

RUBRICAS	Notas	31 de Dezembro	
		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		35.738.776	34.642.464
Pagamentos a fornecedores		(28.331.405)	(28.775.692)
Pagamentos ao pessoal		(5.173.717)	(4.996.483)
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		2.233.654	870.290
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(251.027)	(35.202)
Outros recebimentos/ (pagamentos)		(348.280)	(511.468)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		1.634.347	323.619
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		13.179	(5.821)
Activos intangíveis		-	(1.973)
Outros activos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	1
Subsídios ao investimento		-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		13.179	(7.793)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		1.997.218	1.680.000
Juros e rendimentos e similares		209	455
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos e similares		(2.648.379)	(2.566.672)
Outras operações de financiamento		-	(313.610)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(650.952)	(1.199.828)
Variação de caixa e seus equivalentes		996.573	(884.002)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.102.201	1.986.202
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.098.774	1.102.201

As notas das páginas 94 a 138 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Ana Filipa Lanternas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Ana Isabel Neves Duarte

António Ricardo Henriques da Costa Barros

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.L.M. (referida neste documento como “TRATOLIXO” ou “Empresa”), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989 tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 07 de Fevereiro de 2017. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

1.1 Enquadramento da actividade

Inicialmente, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito de um contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009 foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra em 2007, e de acordo com o qual a TRATOLIXO deixa de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Ao abrigo, e para efeitos, do disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto, em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, que produziu efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, e vigorará até 31 de Dezembro de 2043.

Constituindo o contrato de gestão delegada, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Pelos serviços prestados, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema multimunicipal, conforme estipulado contratualmente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2016, e supletivamente de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”). As demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade “POC” e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística “DC”), tendo sido efectuada a transição para o SNC com referência à data de 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e baseado no custo histórico, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados, mensurados ao justo valor.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação das disposições previstas pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O ativo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “Equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.





3.3. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação prospectiva dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do ativo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o ativo es-
criturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos upgrades. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que consti-
tuem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da con-
cessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram o sistema multimunicipal. Uma vez que todos os activos investidos reverterem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registrar.

O valor do direito de concessão reconhecido resulta: i) do valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; ii) dos investimentos de construção/requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e iii) das contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de con-
tadores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão reconhecido à data da transição e os investimentos subsequentes de expansão/requalifi-
cação/renovação/substituição são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, considerando o termo da concessão em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – Direito de con-
cessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.4. Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do ativo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (“fair value hedge”), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

No âmbito da negociação com o Sindicato Bancário relativa à reestruturação do passivo financeiro foram cancelados, em 7 de Novembro de 2014, os Contratos de Swap de “permuta” de taxas de juro, para cobertura da flutuação das taxas de juro do financiamento.

3.7. Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção e conservação, e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte.
- ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos.
- iii) equipamento de Protecção individual (EPIS), Fardamentos e Consumíveis diversos

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados cujo custo de produção excede o valor da venda se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e de uma clarificação emitida pela IFRS *Interpretation Committee*, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.10. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital Próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de Capital Próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas como reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas demonstrações financeiras no âmbito do anterior normativo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do contrato-programa. Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para ativo intangível, pela aplicação da IFRIC 12 na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispêndios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental.

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de agosto, foi constituída no exercício de 2016 uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado para a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo a previsão do encerramento no decorrer do ano de 2029.

Provisões para monitorização de aterro e lixeiras

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização dos aterros e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal. Esta é uma medida de protecção ambiental exigida pela Direcção Geral do Ambiente, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeitas a revisão anual consoante as acções

de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de Capital Próprio “Outras variações de capital” (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.17. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem ainda a estes produtos os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

No caso da venda dos recicláveis à Sociedade Ponto Verde, o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados pela SPV. No caso da electricidade o rédito é reconhecido mensalmente de acordo com a energia injectada na rede eléctrica valorizada ao preço contratualmente definido.

O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

i) Tratamento de resíduos – o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios, sendo que, até Dezembro de 2010 era facturado através da AMTRES, com base na tarifa definida.

ii) Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços. O rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou indirectamente relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.



3.19. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Em relação aos encargos de carácter ambiental a TRATOLIXO, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação), ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.20.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, ao longo da concessão. A amortização linear do direito de concessão pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contempla a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação / substituição destes activos. Esta situação é enquadrável nas cláusulas do contrato de gestão delegada, que prevêem a permuta do investimento nos activos de renovação / substituição pelo direito de concessão, e a sua recuperação através das tarifas subsequentes.

3.20.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis, no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o Conselho de Administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.20.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido constituem a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da Administração Fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores, que não se encontram registados.

3.20.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou assente a alteração do prazo da concessão de 2028 para 2043.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2016	2015
Caixa	2.750	2.505
Depósitos bancários	2.096.024	1.099.695
	2.098.774	1.102.201

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2016	2015
Numerário		
Caixa	2 750	2.505
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	1.596.024	1.099.695
Depósitos a prazo	500.000	-
	2.096.024	1.099.695
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	2.098.774	1.102.201
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
	2.098.774	1.102.201

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas contabilísticas e de relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas e de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6. Gestão de riscos financeiros

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

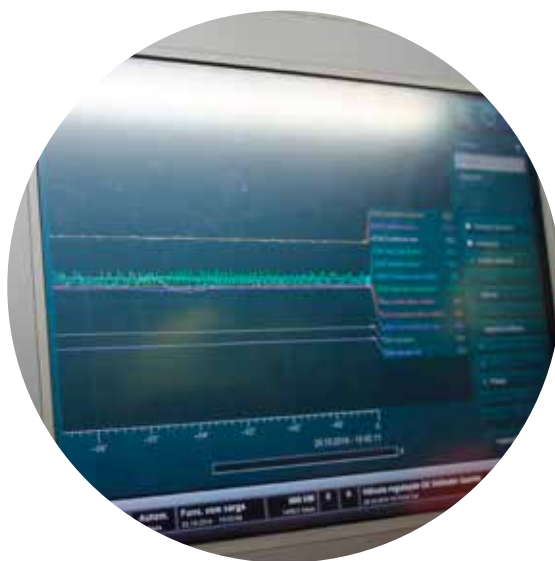
A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratar de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a EDP, a Sociedade Ponto Verde e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7. Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
	2016	2015
1 de Janeiro		
Custo de Aquisição	695.094	685.559
Depreciações acumuladas	(641.807)	(625.421)
Valor líquido	53.287	60.138
31 de Dezembro		
Adições	13.840	13.047
Alienações e Abates	(232)	(3.512)
Transferências	-	-
Depreciação - Exercício	(18.582)	(19.136)
Depreciação - Alienações	220	3.512
Depreciação - reg. transf. e abates	-	(762)
Valor líquido	48.532	53.287
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	708.702	695.094
Depreciações acumuladas	(660.169)	(641.807)
Valor líquido	48.532	53.287

As adições registadas nesta rubrica referem-se essencialmente a equipamentos de rádios comunicadores, câmaras de videoconferência e mobiliário.



8. Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas de computador	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
1 de Janeiro de 2016				
Custo de aquisição	510.320	112.746.086	83.988.409	197.244.815
Amortizações acumuladas	(498.849)	(19.486.587)	-	(19.985.436)
Valor líquido	11.471	93.259.498	83.988.409	177.259.378
31 de Dezembro de 2016				
Adições	-	3.148.549	2.607.074	5.755.624
Alienações e abates	-	(167.354)	-	(167.354)
Regularizações	-	-	-	-
Transferências	-	79.058.515	(79.058.515)	-
Amortizações - exercício	(10.936)	(6.270.073)	-	(6.281.009)
Amortizações - reg/alienações	-	167.354	-	167.354
Valor líquido	535	169.196.489	7.536.968	176.733.993
31 de Dezembro de 2015				
Custo de aquisição	510.320	194.785.796	7.536.968	202.833.084
Amortizações acumuladas	(509.785)	(25.589.307)	-	(26.099.092)
Valor líquido	535	169.196.489	7.536.968	176.733.993

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

No final do ano de 2016 procedeu-se à transferência das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, que se encontravam em curso, para o activo intangível direito da concessão. O valor transferido ascendeu a 79.058.515 euros.

As adições registadas em 2016 no Direito da concessão referem-se, maioritariamente: i) à capitalização dos dispêndios a efectuar com a selagem das Células de Confinamento Técnico, no montante estimado de 2.550.000 euros; ii) à capitalização dos dispêndios a incorrer para a monitorização das Células de Confinamento Técnico no valor de 250.765 euros; e iii) aquisições de equipamento de carga e transporte, no total de 227.809 euros.

As adições no Direito da concessão em curso, respeitam, essencialmente, à conclusão da construção das Células de Confinamento Técnico no Ecoparque da Abrunheira, tal como previsto no contrato de gestão delegada, os quais resultam, maioritariamente, na permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de “Direito de concessão em Curso” referem-se às seguintes obras:

	2016	2015
ETARI - Abrunheira (Linha A)	1.325.803	1.325.803
Recuperação dos Terrenos Sul	3.348.687	3.348.687
Células de Confinamento Técnico - Abrunheira	-	68.367.834
Terrenos CCT - Abrunheira	-	8.142.153
Tratamento Efluentes	69.664	69.664
Terrenos requalificação ambiental	2.734.268	2.734.268
Central de Triagem de Trajouce	57.172	-
Instalação de Estação fixa de rádio- Abrunheira	1.375	-
	7.536.969	83.988.409

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor de aquisição das infra-estruturas da concessão, permutadas pelo direito de concessão, adquiridas sob o regime de locação financeiras é como segue:

	2016	2015
Valor Bruto	2.271.760	2.271.760
Amortizações acumuladas	(2.271.760)	(2.271.760)
	-	-

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da Demonstração dos Resultados, pela sua totalidade.

9. Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2016	2015
Demonstração dos Resultados		
Imposto Diferido	(20.026)	(4.193)
Imposto Corrente (Nota 29)	(135.818)	(355.147)
	(155.843)	(359.340)

Impacto dos Movimentos nas rubricas de impostos diferidos

	2016	2015
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	(20.033)	(4.200)
Passivos por impostos diferidos	7	7
	(20.026)	(4.193)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões	
	2016	2015
A 1 de Janeiro	60.704	64.904
Reversão por resultados	(20.033)	(4.200)
A 31 de Dezembro	40.671	60.704

O imposto diferido activo diz respeito na sua totalidade à provisão da monitorização do aterro de Trajouce, das células de confinamento técnico da Abrunheira e das lixeiras que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO (ver nota 18).

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	
	2016	2015
A 1 de Janeiro	(72)	(79)
Reversão por resultados	7	7
A 31 de Dezembro	(64)	(72)

As reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior resultam da actualização do valor dos activos efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.



10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	26.202	25.302
Arame	35.080	37.124
EPIS e Fardamentos	41.845	38.718
Outros consumíveis	708.139	550.586
Produtos acabados	107.247	85.435
Imparidade de inventários	(26.910)	(27.686)
Total inventários	891.602	709.479

A variação dos inventários de outros consumíveis ficou a dever-se, essencialmente, ao facto de em 2016 se ter adquirido mais material para stock para fazer face às necessidades do Ecoparque da Abrunheira.

O custo dos inventários reconhecido, em 2016, como gastos e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (ver nota 23) diz respeito ao arame e gasóleo e totalizou 850.714 euros (em 2015: 909.175 euros).

Os EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Do total de itens registados em inventários, como produtos acabados, 26.200 euros encontram-se contabilizados pelo valor de realização líquido. Os restantes 81.047 euros estão valorizados ao custo de produção. A variação nos inventários de produção ascendeu a 21.812 euros.

Imparidade de Inventários

	2016	2015
A 1 de Janeiro	27.686	22.723
Reforço	-	4.962
Utilizações	-	-
Reversão	(776)	-
A 31 de Dezembro	26.910	27.686

11. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	1.461.778	-	1.461.778	2.086.381	-	2.086.381
Clientes - outros ii)	936.471	-	936.471	1.531.492	-	1.531.492
Clientes de cobrança duvidosa	92.553	-	92.553	91.553	-	91.553
	2.490.802	-	2.490.802	3.709.427	-	3.709.427
Imparidade de clientes	(92.553)	-	(92.553)	(91.553)	-	(91.553)
Total Clientes	2.398.249	-	2.398.249	3.617.873	-	3.617.873

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta dos serviços de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de energia eléctrica injectada na rede, produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2016	2015
A 1 de Janeiro	91.553	36.139
Aumentos	1.000	55.414
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	92.553	91.553

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	339.970	-	40.327	119.571
Impostos s/ rendimento - IRS	-	54.655	-	48.880
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	60.506	-	118.538	-
Contribuições p/ segurança social/C.G.A	-	110.123	-	101.365
Descontos ADSE	-	-	-	93
Fundos de compensação do trabalho	-	219	-	51
	400.476	164.997	158.865	269.960
Saldo corrente	400.476	164.997	158.865	269.960
Saldo não corrente	-	-	-	-
	400.476	164.997	158.865	269.960

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2016	2015
Pagamentos por conta	473.113	40.318
Retenções na fonte	2.675	9
Estimativa de IRC	(135.818)	(119.571)
Total	339.970	79.244

O saldo devedor de IRC, no montante de 473.113 euros, corresponde aos pagamentos especiais por conta, pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta efectuados no exercício de 2016, deste montante prevê-se o reembolso de 339.970 euros.

O saldo devedor de IVA, 60.506 euros, refere-se ao saldo a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2016.

13. Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros devedores i)	8.960.375	-	8.960.375	12.327	-	12.327
Imparidade Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	8.960.375	-	8.960.375	12.327	-	12.327
Pessoal	2.986	-	2.986	768	-	768
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Facturação a emitir ii)	315.298	-	315.298	276.429	-	276.429
Juros a receber	-	-	-	2.794	-	2.794
Outros	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores iii)	218.778		218.778	428.117		428.117
Outras contas a receber	9.497.438	-	9.497.438	720.434	-	720.434

i) O saldo relevado em Outros devedores diz, essencialmente, respeito ao reconhecimento de 8.925.000 euros relativos ao subsídio a receber ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) para a construção de uma Central de Triagem de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva. O custo total do investimento elegível para o projecto da Central de Triagem de Trajouce é de 10.500.000 euros, tendo a TRATOLIXO obtido a participação máxima de 85%.

ii) Este saldo refere-se, essencialmente, a:

- Energia a facturar à EDP no valor de 250.569 euros;
- Energia consumida na ETARI a facturar ao prestador de serviço (Socamex) no valor de 55.580 euros.

iii) Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2016	2015
Seguros	29.969	77.849
Outros serviços	71.573	84.192
Gastos a reconhecer	101.542	162.041

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

15. Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
Capital Social	1.402.000	7.010.000

16. Reservas

A rubrica de Capital Próprio, Reservas Legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, mantendo-se nos 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

17. Outras variações de capital

Nesta rubrica encontra-se registado o valor do subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”. A 31 de Dezembro de 2016, o valor líquido deste subsídio ascende a 12.308.046 euros, já deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 3.573.304 euros.

Em 2016 reconheceu-se, nesta rubrica, o valor líquido de 6.916.875 euros relativo ao subsídio a receber do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva. O valor do efeito fiscal futuro, relativo ao subsídio do POSEUR ascende a 2.008.125 euros.

	Subsídios	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de Janeiro de 2015	17.043.125	(3.834.704)	13.208.422
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	(574.845)	-	(574.845)
Alienações / Diminuições	-	129.340	129.340
31 de Dezembro de 2015	16.468.281	(3.705.364)	12.762.918
Adições	8.925.000	(2.008.125)	6.916.875
Regularização por resultados exercício	(586.931)	-	(586.931)
Alienações / Diminuições	-	132.060	132.060
31 de Dezembro de 2016	24.806.350	(5.581.429)	19.224.921

Em 2012, iniciou-se a amortização do subsídio atribuído pelo Fundo de Coesão como reflexo da entrada em funcionamento da CDA no final desse ano. Em 2016, o subsídio foi amortizado pelo período de 12 meses considerando-se o prazo da concessão até 2043.

O ajustamento aos subsídios por conta do efeito fiscal futuro evidenciado acima, encontra-se registado por contrapartida de uma rubrica do passivo, "Ajustamentos em subsídios".

18. Provisões

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2016 e 2015, é como segue:

	Processos judiciais	Provisões ambientais	Provisão monitorização	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2015	4.500	1.815.134	288.464	1.500	2.109.597
Dotação	11.624	3.000	-	900	15.524
Utilização	-	(10.037)	-	-	(10.037)
Redução	-	-	(18.668)	-	(18.668)
A 31 de Dezembro de 2015	16.123	1.808.097	269.796	2.400	2.096.417
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	16.123	1.808.097	269.796	2.400	2.096.417
	16.123	1.808.097	269.796	2.400	2.096.417

	Processos judiciais	Provisões ambientais	Provisões monitorização Lixeiras e Aterro Trajouce	Provisões selagem e monitorização CCT Abrunheira	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2016	16.124	1.808.097	269.796	-	2.400	2.096.417
Dotação	-	-	3.301	2.800.765	550	2.804.616
Utilização	(5.304)	(36.390)	-	-	-	(41.694)
Redução	(10.820)	(6.000)	(92.337)	-	-	(109.157)
A 31 de Dezembro de 2016	-	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.182
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	-	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.182
	-	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.182

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

- i) Provisões para processos judiciais em curso: em 31/12/2015 esta provisão referia-se à melhor estimativa dos dispêndios a realizar no âmbito de dois processos judiciais. Em 2016 estas provisões foram revertidas.
- ii) Provisão ambiental: esta rubrica refere-se à provisão constituída para a recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada. A estimada inicial, tem sido utilizada conforme as áreas já reabilitadas, e reduzida em função da melhor estimativa dos gastos necessários à reabilitação ambiental.
- iii) Provisões monitorização lixeiras e aterro de Trajouce: refere-se à responsabilidade atribuída à TRATOLIXO para a monitorização do aterro de Trajouce encerrado em 2004, e das lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema multimunicipal concessionado à TRATOLIXO.
- iv) Provisões para a selagem e monitorização das Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira: nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, reconheceu-se a) a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 2.550 mil euros, tendo por base o valor actualizado em 31/12/2016 dos dispêndios que se perspectivavam para a data do encerramento, em 2029, tendo em conta a tecnologia existente; b) a responsabilidade presente e futura de monitorização das CCT nas fases de exploração e pós encerramento no montante de 251 mil euros.
- v) Outras provisões: provisões para processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR).

A variação registada nas provisões em 2015 decorre, essencialmente, de:

- i) Dotação dos montantes que, de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, deverão ser necessários para fazer face às responsabilidades com os processos judiciais em curso;
- ii) Utilização em 2015 pela execução de parte do plano de reabilitação ambiental de Trajouce, 10.037 euros, e dotação para a provisão relativa à intenção de aplicação de coima pelo IGAMAOT, 3.000 euros;
- iii) Dotação pelo efeito do desconto financeiro de 10.939 euros, registado em gastos financeiros e reversão de 29.607 euros tendo em conta a melhor estimativa em 31/12/2015 com os dispêndios de monitorização;
- v) Dotação face à possível responsabilidade, que de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, poderá vir a ser necessária para pagamento à ANSR.

A variação registada nas provisões em 2016 decorre, essencialmente, de:

- i) Redução da totalidade do montante provisionado, 10.820 euros, para a EGSRA dado que este processo não teve qualquer condenação de pagamento do crédito invocado. Utilização da totalidade da provisão constituída, 5.304 euros, para o processo de contra-ordenação ambiental em que a TRATOLIXO era ré;
- ii) Utilização em 2016 pela execução de parte do plano de reabilitação ambiental de Trajouce, 36.390 euros, e redução da totalidade da provisão constituída, 6.000 euros, para fazer face à coima do IGAMAOT dado que a sentença foi no sentido da substituição da coima por uma mera admoestação;
- iii) Dotação de 3.301 euros para a lixeira de Cascais e redução de 92.337 euros para as restantes lixeiras e aterro de Trajouce, tendo em conta a melhor estimativa em 31/12/2016 dos dispêndios de monitorização e o impacto do desconto financeiro, registado em gastos financeiros, no montante de 25.050 euros;
- iv) Dotação inicial relativa às provisões para a selagem e monitorização nas fases de exploração e pós encerramento das CCT em conformidade com o DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, tendo em conta a tecnologia existente e a melhor estimativa em 31/12/2016 dos dispêndios a incorrer com a selagem e monitorização;
- v) Dotação face à possível responsabilidade com um novo processo de contra-ordenação instaurado pelo Instituto de Mobilidade e dos Transportes (IMT)



19. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	150.456.342	150.456.342	-	148.459.124	148.459.124
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	-	150.456.342	150.456.342	-	148.459.124	148.459.124
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros a pagar - especialização	-	79.492	79.492	-	91.260	91.260
Custos incrementais	-	(468.088)	(468.088)	-	(484.386)	(484.386)
	-	150.067.747	150.067.747	-	148.065.999	148.065.999

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Decorrente das negociações encetadas em anos anteriores com as entidades bancárias, em 29/6/2015 firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação, mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento que tem como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

De acordo com os termos acordados tornou-se possível converter toda a dívida à banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando os financiamentos não correntes a seguinte maturidade:

	2016	2015
Até 1 ano	-	-
Entre 1 e 5 anos	17.657.253	13.068.276
Mais de 5 anos	132.878.582	135.482.109
	150.535.835	148.550.385

No que diz respeito aos juros a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2016 o total de 79.492 euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado das obrigações emergentes do Contrato de Financiamento a TRATOLIXO, e a AMTRES, concordaram em manter em vigor as garantias existentes, bem como constituir e prometer constituir novas garantias para assegurar o cumprimento das obrigações emergentes para a mutuária da nova linha de financiamento concedida pelos Bancos.

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Locações financeiras

A Empresa não teve contratos de locação financeira durante o exercício de 2016.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	2016	2015
Fornecedores - Grupo	-	-
Fornecedores - Terceiros	4.646.982	5.783.621
Total saldo fornecedores - correntes	4.646.982	5.783.621
Total saldo fornecedores - não correntes	-	1.500.000
	4.646.982	7.283.621

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2016	2015
Resitejo	1.578.111	2.759.438
Valorsul, S.A.	514.169	1.545.899
Amarsul, SA	-	314.518
CITRI-C.Int.Trat.Res.Ind.,S.A	423.003	139.189
Ribtejo, S.A.	253.254	588.094
Mira Papel, LDA	-	193.357
Repsol Portuguesa, S.A.	105.460	75.351
Iberdrola Clientes,S.A.U.	80.936	88.125
Cimertex,S.A.	100.459	68.718
SGR,S.A.	209.624	103.834
Socamex	418.491	535.873
Strong	52.764	54.209
Ecoambiente	201.985	-
Ambitermo	62.502	-
Outros (saldos < 50.000 euros)	646.224	817.015
	4.646.982	7.283.621

A redução que se verifica no saldo a pagar a fornecedores, denota o esforço e empenho da TRATOLIXO em regularizar a dívida atrasada.

Conforme se verifica o saldo relevado como não corrente em 2015, em 2016 não tem correspondência. Tal deve-se ao facto de o único acordo de pagamento existente no final de 2016 dizer respeito às prestações a liquidar no decorrer de 2017, num total de 1.400 mil euros.

Os saldos de fornecedores referem-se maioritariamente a entidades onde a TRATOLIXO deposita resíduos.

21. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	477.963	-	477.963	2.294.969	-	2.294.969
Outros credores						
Credores diversos ii)	216.051	-	216.051	574.034	-	574.034
Acréscimos de gastos						
Férias e sub. férias	715.159	-	715.159	660.165	-	660.165
Outros iii)	197.268	-	197.268	468.779	-	468.779
Outras contas a pagar	1.606.442	-	1.606.442	3.997.946	-	3.997.946

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão.

ii) Credores diversos - este saldo refere-se maioritariamente a valores retidos, a título de caução, no âmbito da empreitada de construção das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

iii) Acréscimos de gastos - outros: este saldo refere-se, essencialmente, a serviços diversos prestados em Dezembro cujas facturas têm data do exercício seguinte.

22. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2016 e 2015 na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

		2016	2015
Vendas de Produtos			
Composto		11.375	8.400
Recicláveis	i)	4.941.520	5.693.247
Electricidade	ii)	2.370.425	2.701.385
		7.323.320	8.403.031
Prestação de Serviços			
Tratamento de resíduos	iii)	24.173.838	23.263.493
Serviços de Sensibilização		-	15.000
Serviços de construção	iv)	2.954.858	775.409
		27.128.696	24.053.902
Vendas e prestações de serviços		34.452.016	32.456.933

As variações registadas no rédito em 2016, relativamente ao ano anterior, ficaram a dever-se, sobretudo:

i) À suspensão, pela Sociedade Ponto Verde, do pagamento dos Valores de Informação dos produtos provenientes da Central de Trajouce, bem como ao stock acumulado devido a maiores ineficiências no tratamento dos resíduos de embalagem;

ii) A uma menor produção de energia eléctrica injectada na rede devido, sobretudo, a avarias nos moto geradores da Central de Digestão Anaeróbia;

iii) Ao acréscimo das toneladas recepcionadas em 2016. Dá-se nota que a tarifa praticada em 2015 não sofreu variação face ao ano anterior (58,58€/ton);

vi) Ao incremento da construção das infra-estruturas da concessão a cargo da TRATOLIXO.

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

	Rédito 2016	Rédito 2015
Aterro Abrunheira	2.548.528	360.742
ETARI Abrunheira	-	229.393
Aquisições de Equipamento Carga e Transporte	227.808	12.630
Central de Triagem de Trajouce	57.172	-
Outros (< 200.000 €)	121.350	172.645
	2.954.858	775.409

23. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	
	2016	2015
Inventários iniciais	62.425	66.680
Compras	849.570	904.921
Regularização de existências	-	-
Inventários finais	61.281	62.425
Custos no exercício	850.714	909.175

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- i) Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- ii) Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2016	2015
Subcontratos i)	11.957.216	10.015.681
Transporte e deposição RSU	7.017.049	7.022.597
Serviços de construção	2.954.858	775.409
Outros	1.985.309	2.217.675
Trabalhos especializados ii)	3.210.113	3.117.130
Conservação e reparação	1.447.121	1.488.370
Electricidade	854.633	863.715
Vigilância e Segurança	314.828	337.458
Rendas	583.226	503.854
Seguros	176.511	184.742
Água	186.472	111.027
Limpeza, higiene e conforto ii)	100.302	36.810
Outros (< 100.000 euros)	525.371	513.600
Fornecimentos e serviços externos	19.355.795	17.172.386

i) Subcontratos: deste saldo a) 2.955 mil euros referem-se às empreitadas contratadas com empresas construtoras no âmbito dos contratos de construção (2015: 775 mil euros).

O crescimento que se verifica relativamente a 2015 prende-se com o incremento da construção das infra-estruturas da concessão a cargo da TRATOLIXO, nomeadamente, das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira; b) 7.017 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2015: 7.023 mil euros); c) do montante de 1.985 mil euros, 1.524 mil euros são referentes ao tratamento (triagem) de embalagens (2015: 1.608 mil euros).

(ii) Limpeza higiene e conforto: o desvio que se verifica relativamente a 2015, prende-se com a alteração na classificação do gasto com a empresa prestadora de serviços de limpeza da TRATOLIXO que em 2015 era reconhecido em trabalhos especializados.

25. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2016 e 2015, foram como segue:

	2016	2015
Remunerações		
Orgãos sociais	98.221	95.626
Pessoal	4.242.474	4.024.999
	4.340.695	4.120.625
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	932.383	895.703
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	122.372	62.476
Gastos de acção social	3.511	5.708
Fardamentos e EPIS	169.335	177.995
Outros	220.778	226.576
	1.448.379	1.368.457
Gastos com pessoal	5.789.073	5.489.082

O número médio de empregados em 2016 foi de 243 (em 2015: 235)

26. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	2016	2015
Ganhos em inventários	5.948	6.530
Imputação do subsídio (ver nota 17)	586.931	574.845
Rendimentos suplementares	10.384	14.305
Outros	40.185	247.342
	643.448	843.022

A variação que se verifica, relativamente a 2015, prende-se com regularizações nas contas de 2015 que não tiveram correspondência em 2016.

27. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2016	2015
Quotizações	5.755	5.852
Impostos	46.573	55.214
Donativos	28.117	17.234
Outros i)	30.993	457.738
	111.437	536.038

i) A variação que se verifica nesta rubrica, fica, essencialmente, a dever-se, a uma regularização nas contas de 2015 que não teve correspondência em 2016.

28. Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Juros e gastos similares		
Juros suportados i)	2.039.734	2.393.789
Outros gastos e perdas de financiamento	118.528	89.322
	2.158.262	2.483.110
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	279	607
Outros rendimentos similares ii)	-	569.295
	279	569.901

i) Os juros suportados referem-se: a) aos gastos incorridos com os juros do financiamento renegociado nos termos do Contrato de Financiamento, 1.973 mil euros (ver nota 19); e b) aos juros de mora pela dilatação dos prazos de pagamento aos fornecedores, 67 mil euros.

ii) Na rubrica outros rendimentos, em 2015, registaram-se 569 mil euros que se referiam à anulação de juros não devidos no âmbito da negociação e, ainda, ao perdão de comissões do banco agente, operação que não teve correspondência em 2016.

29. Imposto do exercício

A decomposição do montante do imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2016	2015
Imposto s/rendimento corrente	(135.818)	(355.147)
Imposto s/rendimento diferido	(20.026)	(4.193)
Imposto sobre o rendimento	(155.843)	(359.340)

A reconciliação do montante do imposto do exercício é conforme segue:

	2016	2015
Resultado antes de Imposto	682.815	3.677.194
Taxa de Imposto	22,25%	22,25%
	151.926	818.176
Gastos não dedutíveis	4.482	17.287
Rendimentos não tributáveis	(29.894)	(5.458)
Prejuízos fiscais	-	(410.055)
Dif. temporárias dedutíveis s/ imposto diferido	20.026	4.193
Dif. taxa derrama municipal	519	-
Derrama estadual	-	66.911
Crédito imposto I&D	-	(140.921)
Tributação autónoma	8.785	9.208
	155.843	359.340
Imposto s/ rendimento corrente	135.818	355.147
Imposto s/ rendimento diferido	20.026	4.193
Imposto s/ rendimento	155.843	359.340
Taxa efectiva de imposto	22,8%	9,8%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante do imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2016	2015
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,25%	1,25%
Derrama estadual	0,00%	3,00%
	22,25%	25,25%

30. Compromissos

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

Compromissos com investimentos

O investimento ainda não ocorrido e contratualizado, à data do Balanço, refere-se a uma parte independente da Empreitada de Conclusão das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira no valor de 743.050 euros.

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2015:

	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	33.497	79.054	-
Equipamento informático	39.530	-	-
Equipamento industrial	181.942	107.786	-
	254.969	186.840	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2016:

	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	56.300	127.360	-
Equipamento informático	47.040	53.359	-
Equipamento industrial	298.178	377.583	-
	401.517	558.302	-



31. Contingências

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objecto	Início	2016	2015
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste, S.A	Garantir o pagamento da recepção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25-08-2003	412.500	412.500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09-01-2003	6.700	6.700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02-06-2009	2.000	2.000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29-12-2016	82.890	-
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abruñeira	29-12-2016	1.633.942	-
			2.138.032	421.200

Activos e Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2016, a TRATOLIXO não tinha outros passivos, nem activos, que qualifiquem para divulgação.

32. Informações sobre matérias ambientais

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final.

Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2016:

- A apresentação de candidatura, a 28 de Janeiro de 2016, ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), relativo ao Aviso de Concurso “Reciclagem Multimaterial e Valorização Orgânica de Resíduos Urbanos”, para a empreitada da Central de Triagem de embalagens de Trajouce; a candidatura foi aprovada pela entidade gestora do POSEUR a 24 de Junho de 2016, tendo obtido 85% de co-financiamento do Fundo de Coesão;
- A pronúncia, em sede de audiência de interessados, no âmbito do processo de licenciamento de entidades gestoras do SIGRE;
- A manifestação da preocupação relativamente às alterações sistemáticas no modelo da SPV e, sobretudo, no condicionamento do pagamento do Valor de Informação (VI) aos resíduos de embalagens oriundos dos tratamento mecânicos de resíduos indiferenciados e no facto de não se encontrar definido prazo para a publicação das novas especificações técnicas por poder comprometer o adequado dimensionamento das infra-estruturas submetidas a candidatura ao POSEUR ;
- A Pronúncia, em sede de consulta pública, do Projecto ASIA – Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística;

O envio, à APA e à CCDR-LVT, do Relatório de Acompanhamento do Plano de Acção do Sistema Intermunicipal da TRATOLIXO (RA_PAPERSU), tendo como referência a concretização medidas previstas no PAPERSU da TRATOLIXO para o período 2014-2020, contemplando a execução das medidas propostas face à calendarização inicialmente prevista e os aspectos positivos e dificuldades encontradas ao longo do ano, em cumprimento ao disposto no Despacho n.º 12571/2014, de 14 de Outubro, que define as atribuições, constituição e funcionamento do Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactos da sua actividade, sendo exemplos disso quer a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia, que tem-se vindo a tornar expressivo e a superar as perspectivas iniciais, e a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira.

Acresce ainda que a TRATOLIXO efectua, em todas as suas instalações, a monitorização e acompanhamento ambiental quer das actividades desenvolvidas quer o acompanhamento da fase de pós-encerramento das infra-estruturas seladas cuja monitorização esteja a seu cargo, como sejam o aterro sanitário de Trajouce e as 4 lixeiras municipais existentes no território dos municípios que integram a AMTRES.

No caso do aterro de Trajouce, e de modo a garantir a execução financeira das responsabilidades que lhe estão cometidas conforme definido no Decreto-Lei n.º 183/2009 de 10 de agosto, relativo aos aterros, a empresa dispõe de uma provisão estimada com base nos custos a suportar durante o período da responsabilidade.

Adicionalmente às acções de monitorização e acompanhamento ambiental das suas actividades, a TRATOLIXO continua a assegurar a execução, com acompanhamento das entidades oficiais (APA, CCDR-LVT e GEOTA), do Plano de Recuperação Ambiental do Ecoparque de Trajouce (PRAET) tendo, para este efeito, constituída uma provisão que actualmente é de 1.765.707,31 euros para assegurar o cumprimento desta responsabilidade.

33. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

33.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 98.221 euros (2015: 95.626 euros) - ver nota 25.

33.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Relacionadas com a Accionista:

Concelho de Cascais ● Concelho de Mafra ● Concelho de Oeiras ● Concelho de Sintra



(b) Transacções e saldos pendentes com accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Serviços Prestados

	2016	2015
AMTRES	(36.963)	(281.182)
Câmara Municipal de Cascais	8.162.017	8.072.000
Câmara Municipal de Mafra	2.144.294	1.367.679
Câmara Municipal de Oeiras	4.626.358	4.546.247
Câmara Municipal de Sintra	9.901.336	9.801.531
	24.797.042	23.506.274

Fluxos de Caixa

No final dos exercícios de 2016 e 2015, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2016	2015
Recebimentos		
AMTRES	17	38.666
Câmara Municipal de Cascais	8.917.533	8.817.694
Câmara Municipal de Mafra	2.259.659	1.775.841
Câmara Municipal de Oeiras	5.278.044	4.434.086
Câmara Municipal de Sintra	10.447.341	10.345.598
	26.902.595	25.411.884
Pagamentos		
AMTRES	67.562	-

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2016 e 2015, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2016	2015
Saldos devedores		
AMTRES	2.252	47.742
Câmara Municipal de Cascais	271.176	537.017
Câmara Municipal de Mafra	225.020	212.217
Câmara Municipal de Oeiras	416.374	790.524
Câmara Municipal de Sintra	546.956	498.881
Clientes (Nota 11)	1.461.778	2.086.381
Saldos credores		
AMTRES	63.357	130.919
Outros Credores (Nota 21)	63.357	130.919
AMTRES	2.141	37.000
Acréscimos Gastos	2.141	37.000



34. Disposições legais

Principais diplomas legais no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2016 ou que entraram em vigor a partir deste ano:

Legislação aplicável em 2016

Regulamento n.º 253/2016, de 11 de Março

Regulamento de Serviços do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais, que estabelece requisitos de concepção, projecto, construção e exploração dos sistemas públicos e privados de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Despacho (extracto) n.º 6470/2016, de 17 de Maio

Procede à definição dos requisitos associados à elaboração dos planos de racionalização energética.

Despacho (extracto) n.º 6472/2016, de 17 de Maio

Procede à alteração do Código de Contas subjacente às rubricas de cálculo do VAB, no âmbito do Sistema de Gestão de Consumos de Energia, SGCIE, alterando o disposto no n.º 1.2 do Despacho n.º 17449/2008, de 27 de Junho.

Decreto-Lei n.º 28/2016, de 23 de Junho

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpõe a Directiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010.

Decreto-Lei n.º 40/2016, de 29 de Julho

Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de Julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de Julho, transpondo as Directivas 2014/85/UE da Comissão, de 1 de Julho, e 2015/653/UE da Comissão, de 24 de Abril, que alteram os anexos I, II e III da Directiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro, relativa à carta de condução.

Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto

Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Directiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro, e a Directiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro.

Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto

Combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, à quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, e à terceira alteração ao regime

jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de Novembro

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo a Directiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de Julho de 2015, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.

Despacho n.º 14202-C/2016, de 25 de Novembro

Determina o valor de contrapartidas financeiras devido pelas entidades gestoras e que se destina a suportar os acréscimos de custos com a Recolha Selectiva e Triagem de resíduos de embalagens, bem como a triagem dos resíduos de embalagens nas Estações de Tratamento Mecânico e de Tratamento Mecânico e Biológico, a Valorização Orgânica de resíduos de embalagens e o tratamento das escórias metálicas resultantes da incineração dos resíduos urbanos e demais fracções consideradas reciclagem.

Lei n.º 41/2016 e Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro

Referente à aprovação das Grandes Opções do Plano para 2017 e ao Orçamento do Estado para 2017, respectivamente.

Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de Dezembro

Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2017.

35. Eventos subsequentes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2017, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 7 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Ana Filipa Lanternas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho



Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros

A photograph of an industrial facility. In the background is a large wall made of blue corrugated metal. In the foreground and middle ground, there is a complex structure of green-painted metal beams and ladders. A long, inclined metal walkway or platform extends from the left towards the right. On the left side of the blue wall, there is a curved, rusted metal pipe. The scene is brightly lit, casting sharp shadows. The overall color palette is dominated by the blue of the wall and the green of the metal structure.

8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 192.212.968 euros e um total de Capital Próprio de 25.390.945 euros, incluindo um Resultado Líquido de 526.971 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.**, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O Balanço apresenta, como parte da rubrica de Activos Intangíveis, o valor líquido de 45.895.817 euros, referente aos denominados “Custos de não instalação”, que serão absorvidos durante o período de concessão de funcionamento das instalações do Aterro da Abrunheira, tendo-se verificado no corrente exercício uma amortização 1.699.845 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Av. Eng. Duarte Pacheco, Nº19 - 4º Esq.
1070 - 100 Lisboa - Portugal
Tel: +(351) 214 139 690 | Fax: +(351) 214 139 698

A member of Kreston International
A global network of independent accounting firms

- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;





– 3 –

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as Demonstrações Financeiras auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 8 de março de 2017

KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.
Representada por Helder da Palma Veiga

Capital Social: 50.200 euros | Matricula C.R.C. de Lisboa e NIPC 502 844 787 | Inscrição na OROC nº 104 | Inscrição na CMVM nº 20161426
www.kreston.pt | kreston@kreston.pt

KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.
Av. Eng. Duarte Pacheco, Nº19 - 4º Esq.
1070 - 100 Lisboa - Portugal
Tel:+(351) 214 139 690 | Fax:+(351) 214 139 698

*A member of Kreston Internati
A global network of independent accounting f.*

The background of the slide features a low-angle shot of an excavator. The excavator's arm, with a red and white striped safety band, extends from the top left towards the center. Its bucket is open and hangs in the air. Below the arm, the cab of the excavator is visible, showing windows and side mirrors. The sky is a clear, vibrant blue. A semi-transparent dark blue horizontal band is positioned across the middle of the image, serving as a backdrop for the title text.

9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da

TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.

Em cumprimento do disposto no artº 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos Estatutos da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.**, vem o Fiscal Único submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua acção fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o Relatório da Gestão e as Contas apresentados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.


No decurso do exercício e no âmbito das funções cometidas:

- Acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, tendo realizado diversas reuniões com o Conselho de Administração, que nos prestou todos os esclarecimentos tidos como necessários, para boa compreensão da actividade empresarial;
- Procedemos à análise da documentação contabilística produzida ao longo do ano, efectuando os procedimentos e verificações julgadas convenientes;
- Comprovamos a adequação dos critérios valorimétricos adoptados;
- Apreciámos as sínteses contabilísticas finais que se traduziram no Balanço, na Demonstração dos resultados por naturezas, na Demonstração dos fluxos de caixa e nos Anexos a estes mesmos documentos;
- Após o encerramento das contas apreciamos o Relatório da Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que traduz a actividade, a evolução dos negócios e a situação presente da Sociedade e perspectiva a sua evolução futura;
- Verificamos a observância da Lei e do contrato da Sociedade;
- Emitimos a Certificação Legal das Contas com uma ênfase, e elaboramos o relatório nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 52º do Decreto-Lei nº 140/2015, de 7 de setembro, e por força do estatuído no nº 2 do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Em resultado da informação recebida, das verificações efectuadas e tendo em consideração os documentos elaborados somos de PARECER que:

- Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas;
- Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão, tendo em consideração o sentido de voto que for considerado em face do parágrafo anterior;
- Procedais à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela se tirem as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 8 de março de 2017


KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.
 Representado por Helder da Palma Veiga

Capital Social: 50.200 euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC 502 844 787 | Inscrição na OROC nº 104 | Inscrição na CWM nº 20161426
 www.kreston.pt | kreston@kreston.pt

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
 Av. Eng. Duarte Pacheco, Nº19 - 4º Esq.
 1070 - 100 Lisboa - Portugal
 Tel: +(351) 214 139 690 | Fax: +(351) 214 139 698

A member of Kreston International
 A global network of independent accounting firms

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Patricia Gomes

DPE- Direcção de Planeamento Estratégico

Teresa Mateus

Filipa lanternas

Direcção Financeira

Design e paginação

Cláudia Quadros

GC-Gabinete de Comunicação

Créditos Fotográficos

Arquivo TRATOLIXO, CMC, CMM, CMO e CMS





CASCAIS



SILVER MEMBER OF
ISWA
International Solid Waste Association



TRATOLIXO-Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Estrada 5 de Junho, nº1

Trajouce . 2785-155 São Domingos de Rana

Tel. 21 445 95 00 . Fax 21 444 40 30

www.TRATOLIXO.pt



Central de Digestão Anaeróbia
Ecocentro da Ericeira